

A MENTALIDADE ANTICAPITALISTA

Ludwig von Mises

A MENTALIDADE ANTICAPITALISTA

2ª Edição



MISESBRASIL



Copyright © Instituto Liberal e
Instituto Ludwig von Mises Brasil

Título:
A MENTALIDADE ANTICAPITALISTA

Autor:
Ludwig von Mises

Esta obra foi editada por:
Instituto Ludwig von Mises Brasil
Rua Iguatemi, 448, conj. 405 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
Tel: (11) 3704-3782
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

ISBN: 978-85-62816-14-7
2ª Edição

Traduzido por Carlos dos Santos Abreu

Projeto Gráfico e Capa:
André Martins

Revisão para nova ortografia:
Fernando Fiori Chiocca

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Sandro Brito – CRB8 – 7577
Revisor: Pedro Anizio

V947i von Mises, Ludwig.

A Mentalidade Anticapitalista / Ludwig von Mises. --
São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
125p.

Tradução de: Carlos dos Santos Abreu

1. Capitalismo 2. Liberalismo 3. Economia 4. Liberdade
5. Socialismo I. Título.

CDU – 330.151

SUMÁRIO

A MENTALIDADE ANTICAPITALISTA	9	
INTRODUÇÃO	11	
CAPÍTULO 1 – AS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DO CAPITALISMO E AS CAUSAS PSICOLÓGICAS DE SEU DESCRÉDITO		
1. O consumidor soberano	13	
2. A premência de aperfeiçoamento econômico	14	
3. A sociedade de status e o capitalismo	15	
4. O ressentimento da ambição frustrada	19	
5. O ressentimento dos intelectuais	21	
6. A tendência anticapitalista dos intelectuais americanos	23	
7. O ressentimento dos trabalhadores de “colarinho branco”	25	
8. O ressentimento dos “primos”	27	
9. O comunismo da Broadway e de Hollywood	30	
CAPÍTULO 2 – A FILOSOFIA DO HOMEM COMUM		
1. O capitalismo tal como é e tal como é visto pelo homem comum	33	
2. A frente anticapitalista	38	
CAPÍTULO 3 – A LITERATURA SOB O CAPITALISMO		
1. O mercado para os produtos literários	41	
2. Sucesso no mercado do livro	42	
3. Observações sobre as histórias de detetive	43	
4. A liberdade de imprensa	45	
5. O fanatismo dos literatos	47	
6. Os romances e peças “sociais”	51	
CAPÍTULO 4 – AS OBJEÇÕES NÃO ECONÔMICAS AO CAPITALISMO		
1. O argumento da felicidade	57	
2. Materialismo	58	
3. Injustiça	61	
4. O “preconceito burguês” de liberdade	67	
5. A liberdade e a civilização ocidental	72	
CAPÍTULO 5 – “ANTICOMUNISMO” <i>VERSUS</i> CAPITALISMO		77
LUDWIG VON MISES (BETTINA BIEN GREAVES)		81

A MENTALIDADE ANTICAPITALISTA

LUDWIG VON MISES

O CAPITALISMO elevou o padrão de vida dos Estados Unidos a um nível sem precedentes. Por que motivo, então, muitos americanos são contra esse regime?

Ludwig von Mises, renomado economista liberal analisa aqui, de modo incisivo, as causas e consequências dessa tendência anticapitalista. . .

O que faz com que muitos se sintam infelizes sob o regime capitalista, diz o professor Mises, é precisamente o fato de o capitalismo garantir a todos a oportunidade de obter os cargos mais almejados, nesse tipo de sociedade, o homem que não viu suas ambições totalmente satisfeitas procura um bode expiatório que possa ser responsabilizado por suas próprias falhas. Ele acusa a ordem social existente.

O professor Mises examina criticamente os sentimentos anticapitalistas dos intelectuais, escritores e artistas, e põe em evidência suas falácias e equívocos. Esse livro incitante deve ser lido por todos os que se interessam pela liberdade individual e por uma sã economia.

O professor Mises é um dos mais notáveis economistas de nosso tempo. Inspirado, no início de sua carreira, pelo trabalho de seus professores — os grandes economistas austríacos Carl Menger e Böhm-Bawerk — ele, através de uma série de pesquisas universitárias, analisou sistematicamente cada problema econômico importante, criticou erros inveterados e substituiu velhos sofismas por ideias sadias. Por último, em seu excelente livro Ação Humana, integrou o resultado de seus estudos em um amplo tratado que abrange todos os aspectos tanto da teoria econômica quanto das políticas econômicas.

INTRODUÇÃO

A substituição dos métodos pré-capitalistas de administração econômica pelo capitalismo laissez-faire multiplicou os índices populacionais e elevou de maneira sem precedentes a média do padrão de vida. Hoje, a nação mais próspera será aquela que não tiver colocado obstáculos ao espírito da livre empresa e da iniciativa privada. O povo dos Estados Unidos é mais próspero do que os habitantes de todos os outros países porque seu governo resistiu mais tempo, em relação aos governos de outras partes do mundo, a adotar uma política de obstrução dos negócios, não obstante, muitas pessoas e especialmente os intelectuais repelem o capitalismo com veemência. Na sua maneira de ver, esta horrível forma de organização econômica da sociedade só trouxe desordem e miséria. Outrora, os homens eram felizes e prósperos, nos bons velhos tempos que antecederam a Revolução Industrial. Hoje, sob o capitalismo, o que predomina são os pobres famintos cruelmente explorados por grosseiros individualistas. Para estes patifes, a única coisa que conta é ganhar dinheiro. Não produzem coisas boas e realmente úteis, mas apenas o que proporciona altos lucros. Envenenam os corpos das pessoas com bebidas alcoólicas e fumo, suas almas e mentes com histórias em quadrinhos, livros lascivos e filmes tolos. A “superestrutura ideológica” do capitalismo é a literatura da decadência e da degradação, o show burlesco e a arte do strip-tease, os filmes de Hollywood e as histórias de detetive.

O preconceito e o fanatismo da opinião pública se manifestam com mais clareza pelo fato de ela vincular o adjetivo “capitalista” exclusivamente às coisas abomináveis, e nunca àquelas que todos aprovam. Como poderia o capitalismo gerar coisas boas? Tudo o que tem valor foi produzido apesar do capitalismo, mas as coisas ruins são excrescências do capitalismo.

A finalidade deste ensaio é analisar essa tendência anticapitalista e revelar suas causas e consequências.

AS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DO CAPITALISMO E AS CAUSAS PSICOLÓGICAS DE SEU DESCRÉDITO

1

O CONSUMIDOR SOBERANO

A característica essencial do capitalismo moderno é a produção em massa de mercadorias destinadas ao consumo pelo povo. O resultado é a tendência para uma contínua melhoria no padrão médio de vida, o enriquecimento progressivo de muitos. O capitalismo desproletariza o “homem comum” e o eleva à posição de “burguês”.

No mercado de uma sociedade capitalista, o homem comum é o consumidor soberano, aquele que, ao comprar ou ao se abster de comprar, determina em última análise o que deve ser produzido e em que quantidade. As lojas e fábricas que suprem exclusiva ou predominantemente os pedidos dos cidadãos mais abastados em relação a artigos de luxo exercem apenas um papel secundário no cenário econômico do mercado. Elas nunca atingem a dimensão da grande empresa. As grandes empresas servem sempre — direta ou indiretamente — às massas.

É esta ascensão das multidões que caracteriza a radical mudança social efetuada pela “Revolução Industrial”. Os desfavorecidos que em todas as épocas precedentes da história formavam os bandos de escravos e servos, de indigentes e pedintes, transformaram-se no público comprador por cuja preferência os homens de negócios lutam. Tornaram-se os clientes que estão “sempre com a razão”, os patrões que têm o poder de tornar ricos os fornecedores pobres, e pobres os fornecedores ricos.

Na estrutura de uma economia de mercado não sabotada pelas panaceias dos governos e dos políticos, não existem grandes nem nobres mantendo a ralé submissa, coletando tributos e impostos, banquetecendo-se suntuosamente enquanto os servos devem contentar-se com as migalhas. O sistema de lucro torna prósperos aqueles que foram bem-sucedidos em atender as necessidades das pessoas, da maneira melhor e mais barata possível. A riqueza somente pode ser conseguida pelo atendimento ao consumidor. Os capitalistas perdem suas reservas monetárias se deixa-

rem de investir no tipo de produção que melhor satisfaz as solicitações do público, no plebiscito diário e contínuo no qual cada centavo dá direito a um voto, os consumidores determinam quem deve possuir e fazer funcionar as fábricas, lojas e fazendas. O controle dos meios materiais de produção é uma função social, sujeita à confirmação ou à revogação pelos consumidores soberanos.

O conceito moderno de liberdade é isto. Todo adulto é livre para moldar sua vida de acordo com seus próprios planos, não é forçado a viver de acordo com o projeto de uma autoridade planejadora que impõe seu único esquema através da polícia, isto é, o aparato social de compulsão e coação. O que restringe a liberdade do indivíduo não é a violência ou a ameaça de violência de outrem, mas a estrutura fisiológica de seu corpo e a inevitável escassez natural dos fatores de produção. É óbvio que o critério do homem para moldar seu destino jamais poderá ultrapassar os limites estabelecidos pelas chamadas leis da natureza.

Estabelecer esses fatos não equivale a uma justificativa da liberdade do indivíduo em relação a padrões absolutos ou noções metafísicas. Não expressa qualquer julgamento quanto às doutrinas em voga dos defensores do totalitarismo, seja “de direita” ou “de esquerda”. Não tem nada a ver com as afirmações de que as massas são muito estúpidas e ignorantes para identificar o que melhor atende as suas “verdadeiras” necessidades e interesses e de que necessitam muito de um protetor, o governo, a fim de não se prejudicarem a si próprias. Tampouco procura discernir se há super-homens disponíveis para exercer tal proteção.

2

A PREMÊNCIA DE APERFEIÇOAMENTO ECONÔMICO

Sob o capitalismo, o homem comum desfruta de vantagens que, em épocas passadas, eram desconhecidas e portanto inacessíveis até mesmo aos mais ricos. Mas, com certeza, automóveis, televisores e geladeiras não fazem o homem feliz. No momento em que os adquire, ele pode sentir-se mais feliz do que antes. Porém, à medida que alguns de seus desejos são satisfeitos, surgem novos. Assim é a natureza humana.

Poucos norte-americanos estão cientes do fato de que seu país desfruta do mais elevado padrão de vida e de que o modo de viver do norte-americano médio afigura-se como fabuloso e fora do alcance da grande maioria dos povos que habitam países não capitalistas. A

maior parte das pessoas deprecia o que tem e o que pode adquirir e almeja as coisas que lhe são inacessíveis. Seria inútil lamentar este apetite insaciável por mais e mais bens. Esta avidez é exatamente o impulso que conduz o homem na direção do aperfeiçoamento econômico. Manter alguém contente com o que já conseguiu ou pode facilmente conseguir, sem interesse por melhorar suas próprias condições materiais, não é uma virtude. Tal atitude é muito mais um comportamento animal do que a conduta de seres humanos racionais. A principal característica do homem é de ele nunca desistir de aumentar seu bem-estar através de atividades intencionais.

Todavia, esses esforços devem ajustar-se ao objetivo. Devem ser apropriados para surtir os efeitos desejados. O que há de errado com a maioria de nossos contemporâneos não é o fato de desejarem intensamente um suprimento mais rico de várias mercadorias, mas sim de escolherem meios inadequados para atingir esse objetivo. São iludidos por falsas ideologias, favorecem políticas que são contrárias aos seus próprios e *muito bem compreendidos* interesses vitais. Incapazes de enxergar as inevitáveis consequências a *longo prazo* de sua conduta, comprazem-se com seus efeitos passageiros, a curto prazo. Defendem medidas que com certeza resultarão no empobrecimento geral, na desintegração da cooperação social sob o princípio da divisão do trabalho e num retorno à barbárie.

Existe apenas uma maneira exequível de se melhorar as condições materiais da humanidade: acelerar o crescimento do capital acumulado em oposição ao crescimento da população. Quanto maior for a soma de capital investido por trabalhador, mais e melhores mercadorias poderão ser produzidas e consumidas. Isto é o que o capitalismo, o mais injuriado sistema de lucro, realizou e realiza de novo todos os dias. Não obstante, a maioria dos atuais governos e partidos políticos procura sofregamente destruir este sistema.

Por que todos eles detestam o capitalismo? Por que, ao mesmo tempo em que desfrutam do bem-estar que o capitalismo lhes confere, lançam olhares saudosos aos “bons velhos dias” do passado e às condições miseráveis do trabalhador russo de nossos dias?

3

A SOCIEDADE DE STATUS E O CAPITALISMO

Antes de responder a esta pergunta, é necessário distinguir melhor a característica inconfundível do capitalismo em contraste com a da sociedade de *status*.

É muito frequente comparar os empresários e capitalistas da economia de mercado com os aristocratas da sociedade de *status*. A base da comparação está na existência, em ambos os grupos, de homens relativamente ricos em contraste com as condições relativamente limitadas dos outros homens. Contudo, o uso desta metáfora impede que se compreenda a diferença fundamental entre os ricos aristocratas e os ricos “burgueses” ou capitalistas.

A fortuna de um aristocrata não é um fenômeno do mercado; não se origina do fornecimento aos consumidores e não pode ser diminuída nem mesmo afetada por qualquer ação da parte do público. Ela provém da conquista ou da liberalidade por parte de um conquistador. Pode extinguir-se pela revogação por parte do doador ou pela perda violenta por parte de outro conquistador, ou pode ser dissipada por esbanjamento. O senhor feudal não atende consumidores e está imune aos dissabores da rale.

Os empresários e capitalistas devem sua fortuna às pessoas que, enquanto fregueses, sustentam os seus negócios. Eles a perdem, inevitavelmente, assim que outras pessoas os superam num atendimento aos consumidores de forma melhor e mais barata.

A finalidade deste ensaio não é descrever as condições históricas que criaram as instituições de casta e *status* a subdivisão das pessoas em grupos hereditários com diferentes camadas, direitos, reivindicações e privilégios ou incapacidades legalmente justificadas. A única coisa que conta para nós é o fato de a preservação dessas instituições feudais ser incompatível com o sistema do capitalismo. A abolição dessas instituições e o estabelecimento do princípio de igualdade perante a lei removeram as barreiras que impediam a humanidade de desfrutar de todos os benefícios que o sistema de propriedade privada dos meios de produção bem como de empresa privada torna possível.

Numa sociedade baseada em camadas, *status* ou castas, a situação de vida do indivíduo é fixada. Ele nasce em certa categoria e sua posição na sociedade é rigidamente determinada pelas leis e costumes que designam a cada membro de sua classe privilégios e deveres ou incapacidades definidas. Excepcionalmente, a boa ou má sorte poderá em casos raros elevar um indivíduo a uma camada superior ou rebaixá-lo a uma inferior. Porém, via de regra, as condições de cada membro de uma ordem ou camada definida somente poderão melhorar ou piorar com uma mudança nas condições de todos os seus membros. Fundamentalmente, o indivíduo não é o cidadão de uma nação; ele é membro de um estado (*Stand, état*) e

somente como tal indiretamente integrado no corpo de sua nação. Ao entrar em contato com um compatriota pertencente a uma outra camada, não se sente em comunhão com ele. Percebe apenas o abismo que o separa do *status* da outra pessoa. Essa diferença refletiu-se na linguística bem como nos usos indumentários. Sob o *ancien regime*, os aristocratas europeus falavam, de preferência, francês. O terceiro estado usava o vernáculo enquanto as camadas inferiores da população urbana e os camponeses apegavam-se aos dialetos locais, jargões e gírias quase sempre incompreensíveis para as pessoas cultas. As várias camadas vestiam-se de modo diferente. Ninguém deixava de reconhecer a qual camada pertencia até um estranho.

A principal crítica que os enaltecedores dos bons velhos tempos dirigem contra o princípio de igualdade perante a lei é a de que ele aboliu os privilégios de camada e dignidade. Segundo eles, tal princípio “atomizou” a sociedade, dissolveu suas subdivisões “orgânicas” em massas “amorfas”. Essas massas agora dominam, e seu materialismo mesquinho superou os padrões nobres das épocas passadas. O dinheiro é rei. Muitas pessoas sem valor desfrutam de riquezas e abundância, ao passo que pessoas de mérito e valor seguem de mãos vazias.

Esta crítica tacitamente supõe que sob o *ancien regime*, os aristocratas se distinguiam por sua virtude e que deviam sua posição e rendimentos à superioridade moral e cultural. Torna-se muito necessário pôr fim a esta fábula. Sem expressar qualquer julgamento de valor, o historiador não pode deixar de enfatizar que a alta aristocracia dos principais países europeus era descendente dos soldados, cortesãos e cortesãs que, nas lutas religiosas e constitucionais dos séculos XVI e XVII, sabiamente puseram-se do lado dos que permaneceram vitoriosos em seus respectivos países.

Se, por um lado, os conservadores e os inimigos “progressistas” do capitalismo discordam em relação à avaliação dos antigos padrões, por outro, eles concordam plenamente em condenar os padrões da sociedade capitalista. A seu ver, quem conquista fortuna e prestígio não são as pessoas de reconhecido valor, mas sim as frívolas e inúteis. Ambos os grupos parecem desejar a substituição dos métodos manifestamente injustos vigentes sob o capitalismo *laissez-faire* por métodos mais justos de “distribuição”.

Ora, nunca se contestou que, no capitalismo sem obstáculos, saem-se melhor aqueles que, do ponto de vista dos padrões de valores eternos, devem ser os preferidos. O que a democracia capitalista de mercado faz não é premiar as pessoas de acordo com seus “verdadei-

ros” méritos, valor próprio e dignidade moral. O que torna um homem mais ou menos próspero não é a avaliação de sua contribuição a partir de um princípio “absoluto” de justiça, mas a avaliação por parte de seus semelhantes, que aplicarão somente o critério de suas necessidades, desejos e objetivos pessoais. O sistema democrático de mercado é exatamente isto. Os consumidores são supremos — isto é, soberanos. Desejam ser satisfeitos.

Milhões de pessoas gostam de beber Pinkapinka, uma bebida preparada pela multinacional Pinkapinka Company. Milhões gostam de histórias de detetive, filmes de mistério, jornais que trazem histórias em quadrinhos, touradas, lutas de boxe, uísque, cigarros e gomas de mascar. Milhões elegem governos ávidos para armar e patrocinar a guerra. Assim, os empresários que fornecem de forma melhor e mais barata todas as coisas necessárias à satisfação desses desejos tornam-se ricos. O que conta na estrutura da economia de mercado não são os julgamentos acadêmicos de valor mas as avaliações verdadeiramente manifestadas pelas pessoas ao comprar ou deixar de comprar.

Para quem reclama da injustiça do sistema de mercado, cabe somente um conselho: se quiser enriquecer, tente satisfazer o público oferecendo-lhe algo mais barato ou de que ele goste mais. Tente superar a Pinkapinka fabricando uma nova bebida, A igualdade perante a lei lhe dá o poder de desafiar qualquer milionário. Será — num mercado não sabotado por restrições impostas pelo governo — culpa exclusivamente sua se você não conseguir sobrepujar o rei do chocolate, a estrela de cinema e o campeão de boxe.

Mas, se você, em vez das riquezas que talvez conseguisse ao escolher o ramo do vestuário ou do boxe profissional, preferir a satisfação obtida ao escrever poemas ou filosofia, está livre para agir assim. Então, com certeza, você não ganhará tanto dinheiro quanto os que servem a maioria das pessoas. Porque essa é a lei da democracia econômica de mercado. Aqueles que satisfazem um número menor de pessoas conseguem menos votos — dinheiro — do que os que satisfazem os desejos de mais pessoas, na caça ao dinheiro, a estrela de cinema supera o filósofo; os fabricantes de Pinkapinka superam o compositor de sinfonias.

É importante entender que a oportunidade de competir pelas recompensas que a sociedade tem para distribuir é uma instituição social. Ela não pode remover ou aliviar as desvantagens inatas com as quais a natureza discriminou muitas pessoas. Não pode alterar o fato de que muitos nascem doentes ou se tornam deficientes

no correr da vida. O equipamento biológico do homem restringe de forma radical o campo em que ele irá agir. A classe daqueles que têm condições de pensar por si está nitidamente separada da classe dos que não têm essas condições.

4

O RESSENTIMENTO DA AMBICÃO FRUSTRADA

Podemos agora tentar compreender por que as pessoas detestam o capitalismo.

Numa sociedade baseada em castas e *status*, o indivíduo pode atribuir o destino adverso a condições cujo controle lhe escapa. É escravo porque os poderes sobre-humanos que tudo comandam designaram-lhe essa posição. Não depende dele, e não há motivos para que se envergonhe de sua sujeição. Sua mulher não o pode culpar por estar nessa categoria. Se ela disser: “Por que você não é um duque? Se fosse um duque, eu seria duquesa”, ele responderá: “Se eu tivesse nascido filho de um duque, jamais me casaria com você, uma escrava, mas sim com a filha de outro duque; se você não é duquesa, é exclusivamente culpa sua; por que você não soube escolher melhor os seus pais?”

No regime capitalista a coisa é outra. A situação de vida de cada um depende de seus próprios feitos. Quem não tiver suas ambições plenamente satisfeitas sabe muito bem que deixou escapar as oportunidades, que foi testado e considerado inapto por seus semelhantes. Se sua mulher o censura: “Por que você recebe apenas oito dólares por semana? Se fosse esperto como o seu colega Paulo, você seria chefe de seção e eu desfrutaria melhores condições de vida”, ele toma consciência da própria inferioridade e se sente humilhado.

A tão falada dureza do capitalismo consiste no fato de ele tratar cada um de acordo com a contribuição que este oferece ao bem-estar do seu semelhante. A força do princípio a cada *um de acordo com seus feitos* não dá margem a escusar falhas pessoais. O indivíduo sabe muito bem que existem pessoas iguais a ele que obtiveram sucesso onde ele falhou. Sabe que muitos daqueles que inveja são pessoas que se fizeram pelo próprio esforço e que partiram do mesmo ponto onde ele começou. E, muito pior, sabe que os outros também sabem disso. Ele vê nos olhos da mulher e dos filhos a reprovação silenciosa: “Por que você não foi mais esperto?” Ele vê como as pessoas admiram quem obteve mais sucesso do que ele e como contemplam com desprezo ou com piedade o seu fracasso.

O que faz com que muitos se sintam infelizes no capitalismo é o fato de que este dá a cada um a oportunidade de chegar aos cargos mais cobiçados que, é claro, só serão alcançados por alguns. Tudo o que o homem consegue ganhar é sempre mera fração do que a sua ambição o impeliu a ganhar. Existem sempre diante de seus olhos pessoas que venceram onde ele falhou. Existem companheiros que o sobrepujaram e contra quem ele nutre, no subconsciente, complexos de inferioridade. Esta é a atitude do vagabundo contra o homem que tem emprego fixo, do operário contra o chefe de seção, do executivo contra o vice-presidente, do vice-presidente contra o presidente da empresa, do homem que ganha 300.000 dólares contra o milionário, e assim por diante. A confiança em si mesmo e o equilíbrio moral de todos são solapados pelo espetáculo dos que deram provas de maior habilidade e capacidade. Cada qual está ciente de suas próprias derrotas e deficiências.

A longa lista de autores alemães que rejeitaram radicalmente as ideias “ocidentais” do Iluminismo e a filosofia social do racionalismo, utilitarismo e do *laissez-faire* bem como as políticas desenvolvidas por essas escolas de pensamento começa com Justus Möser. Um dos novos princípios que provocaram a ira de Möser foi a exigência de que a promoção dos oficiais do exército e dos funcionários públicos fosse baseada no mérito e habilidades pessoais, e não na ascendência, linhagem nobre, idade e tempo de serviço do beneficiado. A vida numa sociedade em que o sucesso dependa exclusivamente do mérito pessoal seria, segundo Möser; simplesmente insuportável. Tal como é a natureza humana, as pessoas são propensas a superestimar seu próprio valor e méritos. Se a situação de vida de uma pessoa estiver condicionada por outros fatores além de uma superioridade inerente, quem estiver nos graus inferiores da escala pode aceitar esse resultado e, ciente de seu próprio valor, ainda preservará sua dignidade e autorrespeito. Mas será diferente se tudo depender apenas do mérito. Nesse caso, os malsucedidos sentir-se-ão insultados e humilhados. Surgirão ódio e animosidade contra quem os sobrepujou.¹

O sistema de preços e de mercado do capitalismo é um tipo de sociedade na qual o mérito e os empreendimentos determinam o sucesso ou a derrota do homem. Independente do que se pense do preconceito de Möser contra o princípio do mérito, deve-se admitir que ele estava certo ao descrever uma de suas consequências psicológicas. Ele percebeu os sentimentos daqueles que foram testados e considerados incompetentes.

¹ Möser, *No Promotion According to Merit*, primeira publicação em 1772. (Justus Möser's Sammtlich Werhe, ed. B. R. Abeken, Berlim, 1842, vol. II, pp. 187-191.)

No intuito de se consolar e de restaurar sua autoafirmação, a pessoa procura um bode expiatório. Tenta convencer-se de que falhou mas não por culpa própria. Acha-se tão brilhante, eficiente e ativa quanto os que a ultrapassam. Lamentavelmente esta nossa abominável ordem social não recompensa os homens de maior mérito; ela coroa o salafrário desonesto e inescrupuloso, o trapaceiro, o explorador, o “individualista grosseiro”. O que o fez fracassar foi sua honestidade. Era decente demais para recorrer aos golpes baixos aos quais seus bem-sucedidos rivais devem a supremacia. Nas condições do capitalismo, o homem é obrigado a optar por virtude e pobreza ou por imoralidade e riqueza. Ele, graças a Deus, escolheu a primeira alternativa e desprezou a segunda.

A busca de um bode expiatório é a atitude das pessoas que vivem sob uma ordem social que trata todos de acordo com sua contribuição para o bem-estar de seus semelhantes e na qual, portanto, cada um é a origem de sua própria sorte, neste tipo de sociedade, cada indivíduo cujas ambições não tenham sido totalmente satisfeitas odeia a sorte de todos os que conseguiram mais êxito. O tolo libera esses sentimentos através da calúnia e da difamação. Os mais sofisticados não descambam para a calúnia pessoal. Sublimam seu ódio numa filosofia, a filosofia do anticapitalismo, a fim de calar a voz interior que lhes diz que, se falharam, é totalmente por culpa própria. Seu fanatismo ao criticar o capitalismo está exatamente no fato de eles lutarem contra a consciência que têm da falsidade dessa crítica.

O sofrimento causado pela ambição frustrada é peculiar às pessoas que vivem numa sociedade de igualdade perante a lei. Não é a igualdade perante a lei que provoca isso, mas sim o fato de, numa sociedade desse tipo, a desigualdade dos homens em relação às suas habilidades intelectuais, à sua força de vontade e à sua experiência prática tornar-se visível. A distância entre o que o homem é e o que realiza, por um lado, e o que, por outro lado, ele pensa de suas próprias habilidades e realizações é impiedosamente revelada. Sonhar com um mundo mais “justo”, que o trate de acordo com seu “real valor”, é o refúgio de todos que têm falhas de autoconhecimento.

5

O RESSENTIMENTO DOS INTELECTUAIS

Geralmente o homem comum não tem ocasião de conviver com pessoas que tenham tido mais êxito do que ele. Convive com outros homens comuns. Jamais se encontra, na vida social, com o seu chefe,

nunca aprende por experiência própria quão diferentes são um empresário ou um executivo com respeito às habilidades e competência necessárias para um atendimento eficaz dos consumidores. Sua inveja e consequente ressentimento não estão voltados contra um ser vivo de carne e osso, mas contra pálidas abstrações como “administração”, “capital” e “Wall Street”. É impossível detestar tais fantasmas, com sentimentos tão amargos quanto se pode ter contra um semelhante a quem se encontre diariamente.

O mesmo não acontece com as pessoas que, por condições especiais de profissão ou por laços familiares, estão em contato pessoal com os vencedores de recompensas, as quais, segundo elas, por direito, lhes deveriam ter sido outorgadas, nessas pessoas, os sentimentos de ambição frustrada tornam-se particularmente dolorosos pois geram ódio contra seres vivos e concretos. Detestam o capitalismo porque conferiu a um outro homem a posição que elas gostariam de ter.

É o que acontece com as pessoas normalmente chamadas de intelectuais. Tomemos o exemplo dos médicos. A rotina diária e a experiência fazem com que todos eles estejam cientes do fato de que existe uma hierarquia na qual os membros do corpo médico são classificados de acordo com seus méritos e esforços. Os mais qualificados do que ele, aqueles cujos métodos e descobertas ele deve assimilar e praticar a fim de se manter atualizado, foram seus colegas de faculdade, de estágio no internato, e juntos participam dos congressos de associações médicas. Encontra-se com eles à cabeceira dos pacientes bem como em reuniões sociais. Alguns são seus amigos pessoais ou seus conhecidos, e todos se comportam com ele com a maior amabilidade, tratando-o de caro colega. Estão, porém, muito acima dele na apreciação do público e quase sempre também na importância dos rendimentos. Eles o sobrepujaram e agora pertencem a uma outra classe de homens. Quando se compara a eles, sente-se humilhado. Mas deve policiar-se com cuidado a fim de que ninguém perceba seu ressentimento e inveja. Mesmo a mais leve indicação de tais sentimentos seria considerada como péssimas maneiras e o depreciaria aos olhos de todos. Deve dominar esse aborrecimento e desviar sua indignação para um outro alvo. Ele denuncia a organização econômica da sociedade, o abominável sistema capitalista. Se não fosse esse regime injusto, suas habilidades e talentos, seu zelo e seus feitos lhe teriam proporcionado a alta recompensa que merece.

O mesmo acontece com muitos advogados e professores, artistas, escritores, jornalistas, arquitetos, cientistas, engenheiros e químicos. Também eles sentem-se frustrados por serem atormentados pela supremacia de seus colegas mais bem-sucedidos, seus antigos companheiros de esco-

la e amigos íntimos. O ressentimento torna-se mais agudo justamente por causa dos códigos de conduta e ética profissional que lançam um véu de camaradagem e coleguismo por sobre a realidade da competição.

Para compreender a aversão que o intelectual tem pelo capitalismo, convém lembrar que, na sua opinião, este sistema é encarnado por um certo número de companheiros cujo êxito ele inveja e a quem responsabiliza pela frustração de suas próprias vastas ambições. Sua veemente aversão ao capitalismo não passa de simples subterfúgio do ódio que sente pelo sucesso de alguns “colegas”.

6

A TENDÊNCIA ANTICAPITALISTA DOS INTELLECTUAIS AMERICANOS

A tendência anticapitalista dos intelectuais é fenômeno que não se limita a um ou a alguns países. Mas é mais generalizada e áspera nos Estados Unidos do que nos países europeus. Para melhor explicar fato tão surpreendente, devemos levar em conta a assim chamada “sociedade” ou, segundo os franceses, *Le monde*.

Na Europa, a “sociedade” inclui todos os que se destacam em qualquer esfera de atividade. Políticos e líderes parlamentares, chefes de entidades públicas, editores e redatores dos principais jornais e revistas, escritores famosos, cientistas, artistas, músicos, engenheiros, advogados e médicos formam, junto com destacados homens de negócios e descendentes de famílias nobres e aristocráticas, o que se convencionou chamar boa sociedade. Eles se conhecem em jantares e chás, bailes e bazares beneficentes, estreias e lançamentos; frequentam os mesmos restaurantes, hotéis e estâncias. Quando se encontram, sentem prazer em conversar sobre assuntos intelectuais, um modo de relação social que começou na Itália renascentista, aperfeiçoou-se nos salões parisienses e, mais tarde, foi imitado pela “sociedade” de todas as cidades importantes da Europa ocidental e central. Novas ideias e ideologias encontram as primeiras reações nessas reuniões sociais antes de influenciarem círculos mais amplos, ninguém pode tratar da história das belas-artes e da literatura do século XIX sem analisar o papel que a “sociedade” desempenhou ao encorajar ou desalentar seus protagonistas.

O acesso à sociedade europeia está aberto a quem se distingue em algum domínio. Talvez seja mais fácil para as pessoas de ascendência nobre e com muito dinheiro do que para os plebeus com

modestos rendimentos. Mas nem os bens nem os títulos podem dar a um membro desse meio a posição e o prestígio que é a recompensa da grande distinção pessoal. As estrelas dos salões parisienses não são os milionários mas os membros da Academia Francesa. Os intelectuais predominam e os outros no mínimo simulam um vivo interesse por assuntos intelectuais.

Esse significado de sociedade é estranho ao cenário norte-americano. O que se chama “sociedade” nos Estados Unidos consiste quase exclusivamente nas famílias mais ricas. Existe pouca relação entre os homens de negócio bem-sucedidos e os autores, artistas e cientistas famosos do país. Os que constam do rol do Registro Social não se reúnem socialmente com os formadores da opinião pública e com os precursores das ideias que determinarão o futuro da nação. A maioria das pessoas da alta sociedade não está interessada em livros ou ideias. Quando se encontram e não jogam cartas, bisbilhotam sobre as pessoas e discutem mais sobre esportes do que sobre assuntos culturais. Mas mesmo os que não são avessos à leitura consideram os escritores, cientistas e artistas como gente com a qual não desejam conviver. Há um abismo, quase insuperável, separando a “sociedade” dos intelectuais.

É possível explicar o aparecimento desta situação historicamente. Mas tal explicação não altera os fatos. Não irá remover nem aliviar o ressentimento com que os intelectuais reagem ao desprezo que recebem dos membros da “sociedade”. Os autores ou cientistas americanos costumam considerar o abastado homem de negócios como um bárbaro, como homem exclusivamente concentrado em ganhar dinheiro. O professor menospreza os alunos que estão mais interessados no time de futebol da universidade do que no seu rendimento acadêmico. Sente-se insultado ao saber que o técnico esportivo recebe salário superior ao de um eminente professor de filosofia. Os pesquisadores, que descobrem novos métodos de produção, odeiam os homens de negócio que só estão interessados no valor monetário do seu trabalho de pesquisa. É muito significativo que um grande número de físicos norte-americanos dedicados à pesquisa sejam simpatizantes do socialismo ou do comunismo. Como não entendem de economia e percebem que os professores de economia também se opõem ao que eles chamam injuriosamente de sistema de lucro, não é de estranhar que tenham tal atitude.

Se um grupo de pessoas se segrega do resto da nação, especialmente de seus líderes intelectuais, tal como o faz a alta sociedade norte-americana, é inevitável que se torne alvo de fortes críticas provenientes daqueles que são excluídos desse círculo. A segregação praticada pelo norte-americano rico faz com que, de certa

forma, ele se torne um banido. Ele pode sentir-se tolamente orgulhoso com sua própria discriminação. O que não percebe é que a autossegregação o isola e gera animosidades que levam os intelectuais a serem favoráveis às políticas anticapitalistas.

7

O RESSENTIMENTO DOS TRABALHADORES DE “COLARINHO BRANCO”

Além de atingido pelo ódio geral ao capitalismo, comum à maioria das pessoas, o trabalhador de “colarinho branco” se defronta com dois problemas específicos da sua categoria.

Sentado atrás de uma escrivaninha, anotando palavras e números num papel, ele tende a supervalorizar o significado do seu trabalho. Como o patrão, ele escreve e lê as coisas que outros colegas anotaram, conversa diretamente ou por telefone com outras pessoas. Muito vaidoso, imagina-se parte da elite gerencial da empresa e compara suas tarefas com as do chefe, na condição de “trabalhador que usa o cérebro”, olha do alto e com arrogância para o operário que tem as mãos sujas e calejadas. Torna-se furioso ao saber que muitos desses operários braçais recebem maiores salários e são mais considerados do que ele. É uma vergonha, pensa ele, que o capitalismo não valorize o trabalho “intelectual” dele, não lhe dê o “verdadeiro” valor, e dê tanta atenção ao simples trabalho pesado dos “incultos”.

Enquanto acalenta essas ideias atávicas sobre o significado do trabalho num escritório e do trabalho manual, o “colarinho-branco” fecha os olhos para uma avaliação realista da situação, não percebe que seu trabalho como escriturário consiste no desempenho de tarefas rotineiras que requerem apenas um certo treino, enquanto as “mãos” que ele inveja são dos mecânicos e técnicos altamente qualificados que sabem manejar as intrincadas máquinas e instrumentos da indústria moderna. É exatamente essa interpretação errônea do verdadeiro estado de coisas que revela o fraco discernimento e poder de raciocínio do escriturado.

Por outro lado, esse empregado, como os demais profissionais, sofre com a convivência diária com pessoas que obtiveram mais sucesso do que ele. Vê alguns companheiros de trabalho que começaram no mesmo nível progredirem na hierarquia da empresa, enquanto ele fica para trás. Ainda ontem Paulo e ele estavam no mesmo nível. Hoje,

Paulo tem um cargo mais importante e ganha mais. Ainda assim, ele acha que Paulo, de qualquer ponto de vista, lhe é inferior. Com certeza, conclui, Paulo deve seu progresso aos golpes baixos e aos artifícios que ajudam a carreira de uma pessoa sob o injusto sistema capitalista, denunciado por todos os livros e jornais, pelos letrados e políticos como fonte de toda desordem e miséria.

O clássico enunciado das ideias do escriturário e de sua fantasiosa crença de que suas tarefas subalternas são parte da atividade empresarial, semelhantes ao trabalho de seus patrões, encontra-se na descrição que Lenin faz do “controle da produção e da distribuição”, tal como consta no seu ensaio mais popular. O próprio Lenin e a maioria de seus colegas-conspiradores nunca souberam nada sobre a operação da economia de mercado nem nunca quiseram saber. Tudo o que sabiam sobre o capitalismo era que Marx o descrevera como o pior de todos os males. Foram revolucionários profissionais. Suas únicas fontes de renda eram os fundos do partido alimentados pelas contribuições e subscrições voluntárias e na maior parte das vezes involuntárias — extorquidas — e por “desapropriações” violentas. Porém, antes de 1917, como exilados na Europa ocidental e central, alguns camaradas exerceram eventualmente trabalhos subalternos de rotina em firmas comerciais, foi a experiência deles — a experiência de escriturários que tinham de preencher formulários e papéis, copiar cartas, inscrever números em livros e arquivar documentos — que forneceu a Lenin toda a informação que ele possuía sobre as atividades empresariais.

Lenin distingue corretamente, por um lado, o trabalho dos empresários e, por outro, o do “grupo de engenheiros, agrônomos etc., formados cientificamente”. Estes especialistas e tecnólogos são principalmente executores de ordens. No capitalismo eles obedecem aos capitalistas; no socialismo, eles obedecerão “aos trabalhadores armados”. Para Lenin, a função dos capitalistas e empresários é “o controle da produção e distribuição, do trabalho e dos produtos”, na realidade, a tarefa dos empresários e capitalistas é determinar com que finalidade os fatores de produção deverão ser utilizados a fim de servirem da melhor maneira possível às necessidades dos consumidores, isto é, determinar o que deve ser produzido, em que quantidades e com que qualidade. Porém, não é este o significado que Lenin dá ao termo “controle”. Na qualidade de marxista, ele não tinha noção dos problemas que a administração das atividades de produção tem de enfrentar sob qualquer sistema de organização social: a inevitável escassez dos fatores de produção, a incerteza das condições futuras, as quais a produção tem de su-

prir, e a necessidade de selecionar, a partir de uma desconcertante multidão de métodos tecnológicos apropriados à consecução dos objetivos já determinados, aqueles que prejudiquem o menos possível a obtenção de outros fins, isto é, aqueles com os quais o custo da produção é mais baixo, nenhuma alusão a estes assuntos pode ser encontrada nas obras de Marx e Engels. Tudo o que Lenin pôde aprender sobre negócios — a partir das histórias de seus camaradas que eventualmente trabalharam em escritórios comerciais — era que eles exigiam uma porção de rabiscos, anotações e cálculos. Por isso, declara que “contabilidade e controle” são as principais coisas necessárias para a organização e o funcionamento correto da sociedade. Mas “contabilidade e controle”, prossegue ele, já foram “*simplificados* ao máximo pelo capitalismo, acabando por tornarem-se as operações extraordinariamente simples de vigiar, registrar e emitir recibos, ao alcance de todos os que sabem ler, escrever, e conhecem às quatro operações elementares da aritmética”.²

Aí está a filosofia do arquivista em sua glória total.

8

O RESSENTIMENTO DOS “PRIMOS”

No mercado não obstruído pela interferência de forças externas, o processo que tende a transferir o controle dos fatores de produção para as mãos das pessoas mais eficientes nunca termina. Assim que um homem ou uma firma começa a moderar seus esforços no sentido de satisfazer, da melhor maneira possível, as necessidades mais urgentes dos consumidores ainda não devidamente satisfeitas, começa a se dissipar a riqueza acumulada por sucessos anteriores desses mesmos esforços. Quase sempre essa dispersão da fortuna já tem início no decurso da vida do homem de negócios quando seu ânimo, energia e desenvoltura enfraquecem sob o impacto da idade, cansaço e doença, e quando termina sua habilidade para ajustar a condução dos negócios à estrutura de mercado em contínua mutação. Frequentemente é a preguiça dos herdeiros que dissipa a herança. Quando os descendentes lerdos e passivos não afundam na insignificância e, apesar de sua incompetência, permanecem ricos, devem a prosperidade às instituições e medidas políticas que foram ditadas por tendências anticapitalistas. Retiram-se do mercado, onde não existem meios de preservar as fortunas ganhas, a não ser reconquistando-as a cada dia, na árdua competição com todos,

² Cf. Lenin, *State and Revolution* (Little Lenin Library, n° 14, publicado por International Publishers, New York), pp. 83-84.

com as firmas já existentes bem como com outras novas que “operam quase sem capital”. Se compram obrigações do tesouro, ficam nas mãos do governo que promete salvaguardá-los dos riscos do mercado no qual os prejuízos são o castigo da incompetência.³ Há, porém, famílias em que as excepcionais capacidades necessárias ao sucesso empresarial se propagam por várias gerações. Um ou dois filhos, ou netos, ou até bisnetos têm capacidade igual ou maior do que seus antepassados. A riqueza dos avós não é dissipada e cresce cada vez mais.

Tais casos não são frequentes. Chamam a atenção não só por serem raros mas também devido ao fato de os homens que sabem aumentar os negócios que herdaram gozarem de duplo prestígio: a estima dedicada aos seus pais e a voltada para eles mesmos. Alguns “patriarcas”, como são chamados pelas pessoas que ignoram a diferença entre a sociedade de *status* e a sociedade capitalista, na maioria das vezes conjugam na sua pessoa não só educação, bom gosto e boas-maneiras, mas também aptidão e tenacidade próprias ao homem de negócios mais trabalhador. E alguns deles pertencem ao grupo de empresários mais ricos do país ou do mundo.

Convém analisar as condições destes poucos homens riquíssimos das famílias chamadas patriarcais, a fim de explicar um fenômeno que desempenha papel importante na moderna propaganda e trama anticapitalista.

Mesmo nas famílias afortunadas, as qualidades necessárias à condução bem-sucedida dos negócios não se transmitem a todos os filhos e netos. Via de regra, apenas um, ou no máximo dois, em cada geração tem os dotes para tal. Assim, torna-se indispensável para a manutenção da riqueza e dos negócios da família que a condução dos negócios seja confiada a esse, ou a esses, e que os demais membros fiquem reduzidos à posição de meros recebedores de uma quota dos benefícios. Os métodos adotados para esses acertos variam de país para país, de acordo com as disposições das leis locais e nacionais. O efeito, porém, é idêntico. Dividem a família em duas categorias — os que dirigem os negócios e os que não fazem isso.

A segunda categoria consiste habitualmente em pessoas muito próximas aos indivíduos da primeira categoria que propomos chamar de *patrões*. São elas irmãos, primos, sobrinhos dos patrões, ou qua-

³ Até há pouco tempo, havia na Europa um outro meio de fazer fortuna com segurança contra a inexperience e extravagância do seu possuidor. A riqueza adquirida no mercado poderia ser investida em enormes extensões de terra cujas taxas e disposições legais protegiam da competição de estranhos. Ordens de transmissão por herança na Inglaterra e acordos semelhantes de sucessão existentes no resto da Europa impediam os proprietários de dispor das propriedades em prejuízo dos herdeiros.

se sempre irmãs, cunhadas viúvas, primas, sobrinhas etc. Propomos chamar os membros dessa segunda categoria de “primos”.

Os “primos” recebem seus rendimentos da firma ou empresa. Mas são estranhos à vida de negócios e nada sabem sobre os problemas que o empresário deve enfrentar. Foram educados em modernas escolas e faculdades, cujo ambiente é marcado por um desprezo arrogante referente ao mecânico enriquecimento. Alguns deles passam o tempo em clubes, boates, apostam e jogam, divertem-se e farreiam, chegando à devassidão. Outros, amadoristicamente, ocupam-se com pintura, literatura ou outras artes. Por isso, a maioria é de pessoas desocupadas e inúteis.

É verdade que existiram e existem exceções, e que os feitos de parte do grupos de “primos” ultrapassam em valor os escândalos provocados pelo comportamento devasso dos *playboys* e esbanjadores. Muitos dentre famosos autores, acadêmicos e homens de estado foram “homens sem ocupação”. Liberados da necessidade de ganhar o sustento através de uma ocupação remunerada e independentes dos favores dos fanáticos, tornaram-se pioneiros de novas ideias. Outros, carentes de inspiração própria, tornaram-se mecenas de artistas que, sem a ajuda financeira e o apoio recebido, não teriam conseguido realizar o seu trabalho criativo. O papel que os homens ricos desempenharam na evolução intelectual e política na Inglaterra tem sido salientado por muitos historiadores. O meio no qual os autores e artistas da França no século XIX viveram e encontraram apoio foi *Le monde*, a “sociedade”.

Entretanto, não se trata aqui dos pecados dos *playboys* nem das virtudes de outros grupos de pessoas ricas. O ponto que nos interessa é a participação que um grupo especial de “primos” teve na disseminação de doutrinas visando à destruição da economia de mercado.

Muitos “primos” se consideram prejudicados pelos acertos que regulam sua relação financeira com os patrões e com a empresa da família. Mesmo que esses acertos tenham sido feitos por decisão do pai ou do avô, ou através de um acordo firmado por eles mesmos, acham que estão recebendo muito pouco e que os patrões recebem demais. Pouco familiarizados com a natureza da empresa e do mercado, estão convencidos — como Marx — de que o capital automaticamente “gera lucros”, não veem motivo para que os membros da família encarregados da condução dos negócios ganhem mais do que eles. Totalmente incapazes de apreciar corretamente a significação dos balancetes e dos extratos de lucros e perdas, veem em cada atitude dos patrões uma sinistra tentativa de enganá-los e despojá-los do patrimônio herdado. Brigam constantemente com eles.

Não é de admirar que os patrões percam a calma. Sentem-se orgulhosos do seu sucesso em superar todos os obstáculos que os governos e sindicatos colocam no caminho das grandes empresas. Estão plenamente cientes de que, se não fosse sua eficiência e zelo, a firma há muito já teria acabado ou a família seria forçada a vendê-la. Acreditam que os “primos” deveriam reconhecer-lhes os méritos e acham suas queixas simplesmente vergonhosas e sem cabimento.

A briga familiar entre patrões e “primos” diz respeito apenas aos membros do clã. Mas assume maior importância quando os “primos”, para irritar os patrões, juntam-se aos anticapitalistas e financiam todo tipo de aventuras “progressistas”. Os “primos” dispõem-se a apoiar greves até mesmo nas fábricas de onde provêm seus próprios rendimentos.⁴ É sabido que a maior parte das revistas “progressistas” e dos jornais “progressistas” depende totalmente dos subsídios que eles fornecem. Esses “primos” sustentam universidades progressistas, colégios e institutos destinados à “pesquisa social” e patrocinam todo tipo de atividades do partido comunista. Na condição de “parlamentos socialistas” e de “tribunas bolchevistas”, desempenham papel importante no “exército proletário” em luta contra o “funesto sistema do capitalismo”.

9

O COMUNISMO DA BROADWAY E DE HOLLYWOOD

As inúmeras pessoas a quem o capitalismo proporcionou rendimentos confortáveis e lazer vivem à busca de divertimento. Multidões frequentam os teatros. Há dinheiro no mundo do espetáculo. Atores populares e dramaturgos recebem somas compostas de, no mínimo, seis algarismos. Vivem em verdadeiros palácios com mordomos e piscinas. É evidente que não passam fome. Mesmo assim, Hollywood e Broadway, os famosos centros da indústria do espetáculo, são focos de comunismo. Autores e atores podem ser identificados entre os mais fanáticos defensores do regime soviético.

Tentou-se explicar esse fenômeno de vários modos. Há uma ponta de verdade na maioria dessas interpretações. No entanto, nenhuma leva em conta o principal motivo que conduz os campeões do palco e da tela às fileiras dos revolucionários.

⁴ “Limusines com motoristas uniformizados conduziam senhoras importantes aos piquetes que mantinham, muitas vezes greves contra as empresas que haviam ajudado a pagar as limusines.” Eugene Lyons, *The Red Decade*, New York, 1941, p. 186. (O grifo é meu).

No capitalismo, o sucesso material depende da apreciação das realizações da pessoa por parte do consumidor, que é soberano. Quanto a isto não existe diferença entre os serviços prestados por um fabricante e os prestados por um produtor, ator ou dramaturgo. Contudo, a consciência desta dependência faz com que quem trabalha no mundo do espetáculo fique muito mais preocupado do que quem fornece ao consumidor coisas tangíveis. Os fabricantes de mercadorias palpáveis sabem que seus produtos são comprados por suas propriedades físicas. Podem ter uma expectativa razoável de que o público continue solicitando esses artigos enquanto nada melhor ou mais barato não lhes for oferecido, pois é improvável que as necessidades satisfeitas por essas mercadorias venham a se alterar num futuro próximo. A situação do mercado para tais mercadorias pode, de certa forma, ser prevista por empresários inteligentes. Com um certo grau de confiança, podem adivinhar o futuro.

Com as diversões é diferente. As pessoas procuram divertir-se porque estão entediadas. E nada aborrece tanto as pessoas quanto o divertimento com o qual já estão acostumadas. A essência da indústria do espetáculo é a variedade. As pessoas aplaudem mais o que é novo e, por isso mesmo, inesperado e surpreendente. São extravagantes e volúveis. Desprezam hoje o que apreciaram ontem. Um magnata do palco ou da tela deve sempre temer os caprichos do público. Pode acordar hoje rico e famoso e, no dia seguinte, ser esquecido. Sabe muito bem que depende totalmente da fantasia e da simpatia de uma multidão sequiosa por distração. Vive ele ansioso. Como o arquiteto na peça de Ibsen, teme os desconhecidos que acabam de chegar, os jovens dispostos que o suplantarão na opinião do público.

É óbvio que nada pode aliviar a ansiedade das pessoas do espetáculo. Por isso elas se agarram em qualquer ninharia. O comunismo, pensam alguns, lhes trará a libertação. Não é um sistema que torna todos felizes? Não há homens famosos que declaram que todos os males da humanidade são causados pelo capitalismo e que serão eliminados pelo comunismo? Não são também eles pessoas trabalhadoras, companheiros de todos os outros trabalhadores?

Pode-se supor que nenhum dos comunistas de Hollywood e da Broadway jamais tenha estudado as obras de qualquer autor socialista e menos ainda uma análise séria da economia de mercado. Mas é precisamente esse fato que, para estrelas, dançarinas e cantoras, para autores e produtores de comédias, filmes e canções, traz a estranha ilusão de que suas mágoas passadas desaparecerão tão logo os “despojados” sejam despojados.

Há quem culpe o capitalismo pela estupidez e grosseria de muitos produtos da indústria do espetáculo. Não é preciso discutir esse assunto, Mas vale a pena lembrar que nenhum outro meio norte-americano apoiou com mais entusiasmo o comunismo do que as pessoas que trabalham para a produção dessas estúpidas peças e filmes. Quando um futuro historiador pesquisar os fatos pouco significativos, que Taine tanto apreciava e considerava fontes de estudo, não deve deixar de mencionar o papel que a mais famosa artista do mundo em *strip-tease* desempenhou no movimento radical norte-americano.⁵

⁵ Cf. Eugene Lyons, c., p. 293.

A FILOSOFIA SOCIAL DO HOMEM COMUM

1

O CAPITALISMO TAL COMO É E TAL COMO É VISTO PELO HOMEM COMUM

O surgimento da economia como nova forma de conhecimento foi um dos eventos mais significativos da história da humanidade. Ao preparar o caminho para a empresa capitalista privada, ela transformou, em poucas gerações, todos os acontecimentos humanos de forma mais radical do que milhares de anos anteriores haviam conseguido. Do dia em que nascem até o dia em que morrem, os habitantes de um país capitalista são beneficiados a cada minuto pelos empreendimentos maravilhosos do modo capitalista de pensar e de agir.

A coisa mais impressionante com relação à mudança sem precedentes das condições universais proporcionadas pelo capitalismo é o fato de ele ter sido realizado por um pequeno número de autores e por uma quantidade pouco maior de homens de estado que assimilaram os ensinamentos desses autores. Não apenas as massas indolentes mas também a maioria dos homens de negócios que, por meio do seu comércio, tornaram eficientes os princípios do *laissez-faire* não conseguiram compreender as formas essenciais como agem esses princípios. Mesmo no apogeu do liberalismo, somente alguns tiveram conhecimento integral do funcionamento da economia de mercado. A civilização ocidental adotou o capitalismo por recomendação de uma pequena elite.

Houve, nas primeiras décadas do século XIX, muitas pessoas que perceberam o seu desconhecimento dos problemas em questão como uma grave falha e desejaram corrigi-la. No período decorrido entre Waterloo e Sebastopol, nenhum livro foi mais avidamente consumido na Grã-Bretanha do que os tratados sobre economia. Mas a moda logo passou. O assunto era intragável para o leitor comum.

A economia é, por um lado, tão diferente das ciências naturais e da tecnologia e, por um outro, da história e da jurisprudência, que parece estranha e antipática ao iniciante. Sua peculiaridade heurística é vista com desconfiança pelos que pesquisam em laboratórios, arquivos ou bibliotecas. Sua peculiaridade epistemológica parece absurda para

os fanáticos limitados do positivismo. As pessoas gostariam de encontrar num livro de economia aquilo que se enquadra perfeitamente com a imagem preconcebida que têm do que a economia deve ser, isto é, uma disciplina moldada de acordo com a estrutura lógica da física ou da biologia. Ficam confusas e desistem de lutar seriamente com problemas cuja análise requer um forte esforço mental.

O resultado dessa ignorância é que as pessoas atribuem todo o aperfeiçoamento das condições econômicas ao progresso das ciências naturais e da tecnologia. Em seu modo de ver, prevalece no decorrer da história da humanidade uma tendência automática no sentido do avanço progressivo das ciências naturais experimentais e de sua aplicação na solução dos problemas tecnológicos. Essa tendência é irresistível e inerente ao destino da humanidade, e sua ação se exerce independentemente da organização política e econômica da sociedade. Ainda no modo de ver dessas pessoas, os inéditos progressos tecnológicos dos últimos duzentos anos não foram causados ou favorecidos pelas políticas econômicas da época, não foram uma conquista do liberalismo clássico, do livre comércio, do *laissez-faire* e do capitalismo. Prosseguirão, portanto, sob qualquer outro sistema de organização econômica da sociedade.

As doutrinas de Marx foram bem aceitas simplesmente porque adotaram essa interpretação popular dos acontecimentos e a recobriram com um véu pseudofilosófico que as tornou agradáveis tanto ao espiritualismo hegeliano quanto ao rude materialismo. No esquema de Marx, as “forças materiais produtivas” são uma entidade sobre-humana independente da vontade e das ações dos homens. Seguem seu próprio caminho que é determinado pelas impenetráveis e inevitáveis leis de um poder mais alto. Transformam-se misteriosamente e forçam a humanidade a ajustar sua organização social a essas transformações; porque as forças materiais produtivas evitam apenas uma coisa: ser aprisionado pela organização social da humanidade. A matéria essencial da história consiste na luta das forças materiais produtivas para se livrarem das algemas sociais pelas quais estão agrilhoadas.

Outrora, ensina Marx, as forças materiais produtivas estavam contidas na forma da manufatura e, assim, harmonizaram as questões humanas de acordo com o padrão do feudalismo. Quando, posteriormente, impenetráveis leis que determinam a evolução das forças materiais produtivas substituíram a manufatura pela fábrica a vapor, o feudalismo teve que ceder lugar ao capitalismo. Desde então, as forças materiais produtivas se desenvolveram ainda mais e sua forma atual exige de modo imperativo a substituição do capitalismo pelo socialismo. Quem tentar impedir a revolução

socialista está diante de uma árdua tarefa. É impossível deter a maré do progresso histórico.

As ideias dos chamados partidos de esquerda diferem entre si de várias maneiras. Concordam, porém, em um ponto. Todos consideram o aperfeiçoamento material progressivo como um processo automático. O membro do sindicato norte-americano acha que o seu padrão de vida é garantido. O destino determinou que ele deve desfrutar do conforto que não estava ao alcance mesmo das pessoas abastadas das gerações anteriores e que ainda não está ao alcance de quem não é norte-americano. Não lhe ocorre que o “individualismo grosseiro” do mundo dos negócios possa ter desempenhado algum papel no surgimento do que se chama o “estilo de vida americano”. A seus olhos, “administrar” corresponde às injustas pretensões dos “exploradores” que planejam despojá-lo do patrimônio que lhe cabe por nascença. Ele acha que, no curso da evolução histórica, há uma tendência incoercível ao contínuo aumento da “produtividade” do seu trabalho; julga evidente que os frutos desse progresso pertencem-lhe exclusivamente e por direito. Teria sido por seu mérito que — na era do capitalismo — (o quociente) entre o valor dos produtos gerados pelas indústrias processadoras e o número de mãos empregadas a produtividade tendeu a aumentar.

A verdade é que o aumento da assim chamada produtividade do trabalho deve-se ao emprego de melhores ferramentas e máquinas. Cem operários numa fábrica moderna produzem numa unidade de tempo muito mais do que cem operários costumavam produzir nas oficinas dos artesãos pré-capitalistas. Tal progresso não depende de uma maior destreza, competência ou empenho da parte de cada operário. (De fato a competência do artesão medieval era muito superior à de inúmeras categorias das atuais manufaturas.) Decorre do emprego de ferramentas e de máquinas mais eficientes que, por sua vez, resultam da acumulação e do investimento de mais capital.

Os termos capitalismo, capital e capitalista foram empregados por Marx e são hoje empregados pela maioria das pessoas — inclusive pelas agências oficiais de propaganda do governo dos Estados Unidos — com conotação infamante. Essas palavras, porém, indicam com pertinência o principal fator cuja ação produziu todos os empreendimentos maravilhosos dos últimos duzentos anos: a melhoria sem precedentes do padrão médio de vida para uma população constantemente maior. O que distingue as condições industriais modernas nos países capitalistas das condições das eras pré-capitalistas assim como das que existem hoje nos países cha-

dados subdesenvolvidos é o volume de oferta de capital. Nenhum progresso tecnológico funciona se o capital necessário não for previamente acumulado por poupança.

Poupar, acumular capital é a atividade que transformou, passo a passo, a complicada procura de alimento pelo homem das cavernas em formas modernas da indústria. Os arautos dessa evolução foram as ideias que criaram a estrutura institucional no interior da qual a acumulação de capital foi preservada através do princípio da propriedade privada dos meios de produção. Cada passada em direção à prosperidade é efeito da poupança. Os mais engenhosos inventos tecnológicos seriam praticamente inúteis se os bens de capital indispensáveis ao seu uso não fossem acumulados pela poupança.

Os empresários empregam os bens de capital tornados disponíveis pelos poupadores para a satisfação mais econômica das necessidades mais urgentes dentre as necessidades ainda não satisfeitas dos consumidores. Junto com os tecnólogos, na busca de aperfeiçoar os métodos de processamento, os empresários, próximos aos poupadores, desempenham papel ativo no curso dos acontecimentos, o que é chamado de progresso econômico. O resto da humanidade aproveita das atividades dessas três classes de pioneiros. Mas, quaisquer que sejam suas ações, eles apenas se beneficiam das mudanças para as quais nada contribuíram.

O aspecto principal da economia de mercado está no fato de ela distribuir a maior parte das melhorias conseguidas pelos esforços das três classes progressistas — os que poupam, os que investem em bens de capital e os que elaboram novos métodos para a aplicação dos bens de capital — à maioria das pessoas não progressistas. A acumulação de capital que ultrapassa o aumento da população, por um lado, eleva a produtividade marginal do trabalho e, por outro, barateia os produtos. O processo do mercado oferece ao homem comum a oportunidade de colher os frutos fornecidos pelos feitos de outras pessoas. Ele força as três classes progressistas a servir da melhor maneira possível à maioria não progressista.

Todos têm a liberdade de se juntarem às fileiras das três classes progressistas da sociedade capitalista. Elas não são castas fechadas. Ser membro delas não é privilégio concedido ao indivíduo por uma autoridade maior ou privilégio herdado de um antepassado. Também não são clubes, e seus membros não têm o direito de impedir a entrada de nenhum recém-chegado. O indispensável para tornar-se capitalista, empresário ou projetista de novos métodos tecnológicos é ter inteligência e força de vontade. O herdeiro de um milionário goza de certa vantagem pois começa em condições mais favoráveis que outros.

Mas sua tarefa na disputa pelo mercado não é fácil e pode, às vezes, tornar-se mais cansativa e menos recompensadora do que a de um recém-chegado. Ele tem de reorganizar sua herança de modo a ajustá-la às mudanças das condições do mercado. Assim, por exemplo, os problemas que o herdeiro de um “império” ferroviário teve de enfrentar, nas últimas décadas, foram certamente mais complicados do que os encontrados por alguém que, vindo do nada, tenha entrado no transporte rodoviário ou aéreo.

A filosofia popular do homem comum deturpa de modo lamentável todos esses fatos. No entender de Fulano de Tal, todas essas novas indústrias que lhe fornecem produtos desconhecidos de seu pai surgiram por obra de uma entidade mítica chamada progresso. A acumulação de capital, o empresariado e a inventividade tecnológica em nada contribuíram para a geração espontânea da prosperidade. Se alguém tem de ser favorecido com o que Fulano de Tal julga ser um aumento da produtividade do trabalho, deve ser o operário na linha de montagem. Infelizmente, nesta terra cheia de pecados há a exploração do homem pelo homem. O mundo dos negócios rapa tudo e deixa, como indica o *Manifesto Comunista*, ao criador de todas as coisas boas, ao trabalhador manual, apenas “o de que ele necessita para o seu sustento e para a propagação de sua raça”. Em consequência, “o operário moderno, em vez de acompanhar o progresso da indústria, afunda cada vez mais... Torna-se um indigente, e a indigência cresce mais rápido do que a população e a riqueza”. Os autores dessa descrição da indústria capitalista são considerados nas universidades como os maiores filósofos e benfeitores da humanidade; seus ensinamentos são aceitos com respeito e reverência por milhões de pessoas cujas casas, além de outros acessórios, estão equipadas com aparelhos de rádio e de televisão.

A pior exploração, segundo professores, líderes “trabalhistas” e políticos, é a efetuada pelos grandes negócios. Eles não percebem que a característica dos grandes negócios é a produção em massa a fim de satisfazer as necessidades das massas, no regime capitalista, os próprios operários são, direta ou indiretamente, os principais consumidores de tudo o que as fábricas estão produzindo.

No início do capitalismo, ainda havia um considerável lapso de tempo entre o surgimento de uma novidade e o momento em que ela se tornava acessível às massas. Há aproximadamente sessenta anos, Gabriel Tarde tinha razão ao afirmar que uma inovação industrial é a extravagância de uma minoria até tornar-se a necessidade de todos; o que antes era considerado extravagância tornava-se depois um requisito habitual de tudo e de todos. Essa afirmação ainda cabia com res-

peito à popularização do automóvel. Porém, a produção em larga escala pelas grandes empresas diminuiu e quase eliminou esse lapso de tempo. As modernas inovações só podem ser produzidas com lucro se estiverem de acordo com os métodos da produção de massa e, então, tornarem-se acessíveis a todos no exato momento de seu lançamento. Não houve, por exemplo, nos Estados Unidos, nenhum período, em que se pudesse notar que desfrutar de inovações tais como televisão, meias de náilon ou comida enlatada para bebês era reservado a uma minoria abastada. Os grandes negócios tendem, na verdade, a uma padronização das formas de consumo e de divertimento do povo.

Ninguém sofre necessidade na economia de mercado pelo fato de algumas pessoas serem ricas. As posses dos ricos não são a causa da pobreza de ninguém. O processo que torna algumas pessoas ricas é, ao contrário, o corolário do processo que aumenta a satisfação das necessidades de muitos. Os empresários, os capitalistas e os tecnólogos prosperam na medida em que melhor atendem aos consumidores.

2

A FRENTE ANTICAPITALISTA

Desde o início do movimento socialista e dos esforços para restaurar as políticas intervencionistas das eras pré-capitalistas, tanto o socialismo quanto o intervencionismo ficaram totalmente desacreditados aos olhos dos que entendem de teoria econômica. Mas as ideias dos revolucionários e dos reformadores encontraram respaldo junto à grande maioria de pessoas ignorantes levadas exclusivamente pelas fortes paixões humanas de inveja e de ódio.

A filosofia social do Iluminismo, que preparou o caminho para a efetivação do programa liberal — liberdade econômica, consumada na economia de mercado (capitalismo), e no seu corolário constitutivo, o governo representativo —, não propôs a extinção dos três velhos poderes: monarquia, aristocracia e Igreja. Os liberais europeus preconizavam a substituição do absolutismo real pela monarquia parlamentar, e não o estabelecimento de um governo republicano. Queriam abolir os privilégios dos aristocratas, mas não destituí-los de seus títulos, brasões e patrimônio. Lutavam para garantir a todos a liberdade de consciência e para terminar com a perseguição de dissidentes e hereges, mas também preocupavam-se em conceder a todas as Igrejas e seitas a mais perfeita liberdade para a consecução de seus objetivos espirituais. Assim, os três grandes poderes do *ancien regime* foram preservados. Podia-se esperar que príncipes, aristocratas e clérigos, que infatigavelmente

declaravam seu conservadorismo, estivessem preparados para fazer oposição ao ataque socialista dirigido aos valores da civilização ocidental. Afinal de contas, os arautos do socialismo não esconderam que, sob o totalitarismo socialista, não sobrava lugar para o que eles chamaram, de remanescentes da tirania, do privilégio e da superstição.

Entretanto, até nesses grupos privilegiados, o ressentimento e a inveja prevaleceram sobre o raciocínio isento. Praticamente eles ficaram de braços dados com os socialistas, desprezando o fato de o socialismo propor também o confisco de seus bens e o de não poder haver nenhuma liberdade religiosa sob um regime totalitário. O Hohenzollern na Alemanha inaugurou uma política que foi chamada por um observador norte-americano de socialismo monárquico¹. Os autocráticos Romanoffs da Rússia usaram o sindicalismo trabalhista como arma contra os esforços “burgueses” no sentido de estabelecer um governo representativo². Em todos os países europeus, os aristocratas virtualmente cooperaram com os inimigos do capitalismo. Por toda parte, eminentes teólogos tentaram desacreditar o sistema de livre empresa e, como consequência, apoiar tanto o socialismo quanto o intervencionismo radical. Alguns dos mais destacados líderes do protestantismo atual — Barth e Brunner na Suíça, Miebuh e Tillich nos Estados Unidos, e o último arcebispo de Canterbury, William Temple — condenam abertamente o capitalismo e ainda atribuem às supostas falhas do capitalismo a responsabilidade por todos os excessos do bolchevismo russo.

É de se perguntar se *Sir* William Harcourt estava certo quando, há mais de 60 anos, proclamou: Agora somos todos socialistas. O fato é que hoje, governos, partidos políticos, professores e escritores, ateus militantes e teólogos cristãos são praticamente unânimes em rejeitar apaixonadamente a economia de mercado e em louvar os supostos benefícios da onipotência do estado. A geração presente está sendo educada num ambiente preso às ideias socialistas.

A influência da ideologia pró-socialista contribui para o modo como a opinião pública, quase sem exceção, explica as razões que induzem as pessoas a filiar-se aos partidos socialistas ou comunistas. Ao lidar com a política interna, supõe-se que “natural e necessariamente” os que não são ricos são favoráveis aos programas radicais — planejamento, socialismo, comunismo —, ao passo que apenas os ricos têm motivos para votar pela preservação da economia de mercado. Esta suposição dá como evidente a principal ideia socialista

¹ Cf. Elmer Roberts, *Monarchical Socialism in Germany*, New York, 1913

² Cf. Mania Gordon, *Workers Before and After Lenin*, New York, 1941, pp. 30e seg.

segundo a qual os interesses econômicos das massas são prejudicados pela ação do capitalismo, em proveito exclusivo dos “exploradores”, e que o socialismo elevará o padrão de vida do homem comum.

Contudo, as pessoas não desejam o socialismo porque *sabem* que o socialismo vai melhorar suas condições de vida, nem rejeitam o capitalismo porque *sabem* que é um sistema nocivo a seus interesses. São socialistas porque *creem* que o socialismo vai melhorar suas condições de vida e odeiam o capitalismo porque *creem* que ele as prejudica. São socialistas porque estão cegas pela inveja e pela ignorância. Recusam-se obstinadamente a estudar economia e desprezam a devastadora crítica que os economistas fazem ao planejamento socialista porque, a seus olhos, por ser uma teoria abstrata, a economia é simplesmente absurda. Fingem acreditar apenas na experiência. Mas também obstinadamente recusam-se a tomar conhecimento de inegáveis fatos da experiência, como, por exemplo, que o padrão de vida do homem comum é incomparavelmente mais elevado na América capitalista do que no paraíso socialista soviético.

Ao lidar com a situação dos países economicamente atrasados, os indivíduos mostram o mesmo raciocínio errôneo. Achem que esses povos devem simpatizar “naturalmente” com o comunismo porque estão atingidos pela pobreza. É óbvio que as nações pobres querem livrar-se da penúria. Na busca de melhora das suas condições insatisfatórias, elas devem, portanto, adotar o sistema de organização econômica da sociedade que melhor atenda a esse objetivo; devem decidir a favor do capitalismo. Iludidas, porém, por hipotéticas ideias anti-capitalistas, elas tornam-se favoráveis ao comunismo. De fato, é bem paradoxal que os líderes desses povos orientais, ao mesmo tempo em que invejam a prosperidade das nações ocidentais, rejeitam os métodos que trouxeram prosperidade ao ocidente e se deixam fascinar pelo comunismo russo que mantém pobres os russos e seus adeptos. E, mais paradoxal ainda, é o fato de os norte-americanos, que desfrutam dos produtos gerados pela empresa capitalista exaltarem o sistema soviético e considerarem perfeitamente “natural” que os países pobres da Ásia e da África prefiram o comunismo ao capitalismo.

As pessoas podem discordar quanto a saber se todos devem estudar economia a fundo. Mas uma coisa é certa. O homem que fala em público ou escreve sobre a oposição entre capitalismo e socialismo, sem estar bem familiarizado com tudo o que a economia tem a dizer sobre o assunto, não passa de um tagarela irresponsável.

A LITERATURA SOB O CAPITALISMO

1

O MERCADO PARA OS PRODUTOS LITERÁRIOS

O capitalismo dá a muitos a oportunidade de mostrar iniciativa. Enquanto a rigidez de uma sociedade de *status* obriga todos ao desempenho invariável e rotineiro sem permitir qualquer desvio dos padrões tradicionais de comportamento, o capitalismo encoraja o inovador. O lucro é o prêmio dos que se afastam com sucesso dos tipos normais de procedimento; o prejuízo é a punição dos que, por preguiça, aderem a métodos obsoletos. O indivíduo é livre para mostrar o que pode fazer de modo melhor do que os outros.

No entanto, essa liberdade do indivíduo é limitada. É resultado da democracia do mercado e, por isso, depende da apreciação do desempenho do indivíduo por parte do consumidor, que é soberano. O que conta no mercado não é o bom desempenho em si, mas o desempenho reconhecido como bom por um número suficiente de clientes. Se o público comprador for tolo e não apreciar devidamente o valor de um produto, embora este seja excelente, todo o esforço e despesa foram empregados em vão.

O capitalismo é essencialmente um sistema de produção em massa para satisfazer às necessidades das massas. Derrama a fartura sobre o homem comum. Elevou a média do padrão de vida a um nível jamais sonhado em épocas passadas. Tornou acessíveis, a milhões de pessoas prazeres que, há poucas gerações, estavam ao alcance somente de uma pequena elite.

O exemplo mais destacado encontra-se na evolução do amplo mercado para todos os tipos de literatura: A literatura — no sentido mais amplo da palavra — é hoje um artigo solicitado por milhões. Leem jornais, revistas e livros, ouvem rádio e lotam os teatros. Autores, produtores e atores que satisfazem aos desejos do público recebem rendimentos consideráveis. Dentro da estrutura da divisão social do trabalho, surgiu uma nova subdivisão, a espécie dos literatos, ou seja, as pessoas que ganham a vida escrevendo. Esses autores vendem o seu trabalho ou o produto de seu esforço no mercado assim como todos os outros especialistas

vendem seus serviços ou produtos. Estão, na plena capacidade de escritores, totalmente integrados no contexto cooperativo da sociedade de mercado.

Nas eras pré-capitalistas, escrever era uma arte mal remunerada. Ferreiros e sapateiros ganhavam para o sustento, mas os autores não. Escrever era uma arte liberal, um passatempo, e nunca uma profissão. Era ocupação nobre de pessoas ricas, reis, gente importante, políticos, aristocratas e outros cavalheiros com recursos próprios. Era praticada em horas de folga por bispos e monges, professores universitários e militares. O homem sem dinheiro que, por irresistível impulso, era levado a escrever tinha, primeiro, de garantir alguma fonte de renda independente do direito de autor. Spinoza polia lentes. Os dois Mills, pai e filho, trabalhavam nos escritórios londrinos da East India Company. Mas muitos autores pobres viveram da generosidade de abastados amigos das artes e das ciências. Reis e príncipes disputavam entre si o patrocínio de poetas e escritores. As cortes eram o asilo da literatura.

É fato histórico que o sistema de patrocínio oferecia aos autores inteira liberdade de expressão. Os patronos não se aventuravam a impor aos protegidos sua própria filosofia e seus padrões de gosto e de ética. Estavam quase sempre preocupados em protegê-los das autoridades eclesiásticas. Pelo menos era possível ao autor que fosse banido por uma ou mais cortes refugiar-se em outra rival.

Apesar disso, ver filósofos, historiadores e poetas transitando entre os cortesãos e dependendo dos favores de um déspota não é muito edificante. Os antigos liberais saudavam a evolução do mercado para os produtos literários como parte essencial do processo que emanciparia o homem da tutela de reis e aristocratas. A partir daí, achavam eles, o julgamento das classes cultas seria supremo. Que perspectiva maravilhosa! Um novo ressurgimento parecia prestes a brotar.

2

SUCESSO NO MERCADO DO LIVRO

Houve, porém, algumas sombras nesse quadro.

Literatura não é conformismo e sim dissidência. Os autores que só repetem o que todos aprovam e querem ouvir não são importantes. O que vale é o inovador, o não conformista, o precursor de coisas inéditas, o homem que rejeita os padrões tradicionais e busca substituir velhos

valores e ideias por outros novos. É essencialmente antiautoritário, contra o governo, irreconciliavelmente oposto à imensa maioria de seus contemporâneos. É exatamente o autor dos livros que a grande maioria de pessoas não compra.

Independente da opinião que se tenha sobre Marx e Nietzsche, é inegável que seu sucesso póstumo foi extraordinário. Contudo, ambos teriam morrido de fome se não tivessem tido outras fontes de renda além do direito autoral. O não conformista e inovador tem pouca esperança de vender seus livros no mercado usual. O astro do mercado do livro é o autor de ficção que escreve para as massas. Seria errado pensar que o comprador sempre prefere o mau livro. O que lhe falta é discernimento e, por isso, está pronto a absorver ocasionalmente até bons livros. É verdade que quase todos os romances e peças publicados hoje em dia não passam de lixo. Não é de admirar, visto haver milhares de volumes sendo escritos a cada ano. Nossa época ainda poderá ser chamada a do florescimento da literatura se, em cada mil livros publicados, ao menos um prove ser equivalente aos grandes livros do passado.

Muitos críticos apazem-se em criticar o capitalismo pelo que eles chamam de decadência da literatura. Talvez devessem incriminar sua incapacidade de separar o joio do trigo. Serão mais perspicazes do que seus predecessores de cem anos atrás? Hoje, por exemplo, todos os críticos tecem elogios a Stendhal. Mas, quando Stendhal morreu, em 1842, era obscuro e mal-compreendido.

O capitalismo pode fazer com que as massas sejam tão prósperas a ponto de comprar livros e revistas. Mas não pode imbuí-las do discernimento de um Mecenas ou do Can Grande della Scalla. Não é culpa do capitalismo se o homem comum não aprecia livros notáveis.

3

OBSERVAÇÕES SOBRE AS HISTÓRIAS DE DETETIVE

A época na qual o movimento radical anticapitalista adquiriu um conveniente poder irresistível fez surgir um novo gênero literário: a história de detetive. A mesma geração de ingleses cujos votos levaram o Partido Trabalhista ao governo foi arrebatada por autores como Edgar Wallace. Um dos autores socialistas ingleses mais destacado, Q. D. H. Cole, é também famoso autor de histórias de detetive. Um marxista coerente deveria chamar a história de detetive — junto talvez com os filmes de Hollywood, com as histórias em quadrinhos e com a “arte” do *strip-tease* — de superestrutura artística da época do sindicalismo e da socialização.

Muitos historiadores, sociólogos e psicólogos tentaram explicar a popularidade desse estranho gênero. A investigação mais profunda foi a do professor W. O. Aydelotte. O professor Aydelotte está certo quando afirma que o valor histórico das histórias de detetive está em elas descreverem castelos no ar e, assim, esclarecerem algo às pessoas que as leem. Ele também está certo quando diz que o leitor se identifica com o detetive e que, em termos gerais, faz dele uma extensão do seu ego.¹

Ora, esse leitor é o homem frustrado que não atingiu a posição para a qual sua ambição o impelia. Como já dissemos, para consolar-se ele culpa a injustiça do sistema capitalista. Ele falhou por ser honesto e submisso à lei. Seus competidores tiveram mais sorte e sucesso por terem sido desonestos; valeram-se de golpes ilícitos que ele, consciencioso e límpido como é, jamais imaginara. Se as pessoas soubessem o que há de desonestidade nesses novos-ricos arrogantes! Infelizmente seus crimes permanecem encobertos e eles continuam desfrutando de uma reputação que não merecem. Mas o dia do julgamento há de chegar. Ele mesmo irá desmascará-los e revelar seus crimes.

A típica sequência de fatos numa história de detetive é esta: um homem que todos consideram como respeitável e incapaz de qualquer atitude indigna comete um crime abominável, ninguém suspeita dele. Mas o esperto detetive não pode ser enganado. Sabe tudo sobre esses santarrões hipócritas. Reúne todas as provas para condenar o culpado. Graças a ele, a boa causa finalmente triunfa.

O desmascaramento do trapaceiro que se faz passar por cidadão respeitável era, com implícita tendência antiburguesa, um tópico muitas vezes tratado até em alto nível literário como, por exemplo, por Ibsen em *The Pillars of Society*. A história de detetive desvenda a trama e nela introduz o caráter desprezível do investigador farisaico que se compraz em humilhar um homem que todos consideravam cidadão impecável. O que motiva o detetive é o ódio subconsciente que tem do “burguês”-bem-sucedido. Do lado oposto ao detetive estão os inspetores da força policial do governo. São por demais tolos e parciais para resolver o mistério. Fica às vezes subentendido que eles estão inconscientemente inclinados a favor do culpado, cuja posição social muito os impressiona. O detetive supera os obstáculos que a morosidade dos inspetores coloca em seu caminho. O triunfo dele corresponde ao fracasso das autoridades do governo burguês que escolheram tais policiais.

¹ Cf. William O. Aydelotte, *The Detective Story as a Historical Source*. (The Yale Review, 1949, vol. XXXIX, pp. 76-95.)

Isso explica por que a história de detetive tem popularidade junto às pessoas que sofrem de ambição frustrada. (É claro que também existem outros leitores de história de detetive.) Sonham dia e noite em despejar sua vingança sobre os competidores bem-sucedidos. Sonham com o momento em que seu rival “de pulsos algemados é levado pela polícia”. Esta satisfação lhes é indiretamente fornecida através do clímax da história na qual se identificam com o detetive e veem no criminoso apanhado o rival que os sobrepujou.²

4

A LIBERDADE DE IMPRENSA

A liberdade de imprensa é um dos pontos fundamentais de um país de cidadãos livres. É um dos itens essenciais do programa político do velho liberalismo clássico. Até hoje ninguém conseguiu apresentar objeções convincentes contra a argumentação de duas obras clássicas: *Areopagitica*, de John Milton, em 1644, e *On Liberty*, de John Stuart Mill, em 1859. Imprimir livros proibidos é o sangue vivo da literatura.

A imprensa livre só existe onde o controle dos meios de produção é privado. Na comunidade socialista, na qual todos os meios para publicar e as máquinas impressoras pertencem e são acionados pelo governo, não pode existir a imprensa livre. O governo determina sozinho quem deve dispor de tempo e de ocasião para escrever, bem como o que deve ser impresso e publicado. Comparada com as condições predominantes na Rússia soviética, até a Rússia dos czares, retrospectivamente, parece um país de imprensa livre. Quando os nazistas realizaram o famoso auto-de-fé do livro, agiram perfeitamente de acordo com o que preconizou um dos maiores autores socialistas, Cabet.³

Como todas as nações estão caminhando para o socialismo, a liberdade dos autores desaparece pouco a pouco. Torna-se cada dia mais difícil para alguém publicar um livro ou artigo cujo conteúdo não agrade ao governo ou a grupos fortes de pressão. Os hereges não são, no entanto, “liquidados” como na Rússia, nem seus livros são queimados por ordem da Inquisição. Também não

² Tato significativo é o sucesso de tiragem das revistas chamadas sensacionalistas, o mais recente lançamento da imprensa norte-americana. Tais revistas dedicam-se exclusivamente a revelar os vícios secretos e delitos de gente importante, especialmente dos milionários e das celebridades da tela. De acordo com o *Newsweek* de 11 de julho de 1955, uma dessas revistas previa a tiragem de 3.800.000 exemplares para setembro de 1955. É claro que o homem comum regozija-se com o relato dos pecados — reais ou inventados — daqueles que o ultrapassaram.

³ Cf. Cabet, *Voyage en Icarie*, Paris, 1848, p. 127.

há um retorno ao velho sistema de censura. Os que se consideram progressistas dispõem de armas mais eficientes. Seu principal instrumento de opressão é boicotar autores, organizadores, editores, livreiros, impressores, anunciantes e leitores.

Qualquer um é livre para abster-se de ler livros, revistas e jornais que lhe desagradam, assim como para recomendar a outros que evitem esses livros, revistas e jornais. Mas a coisa muda de figura quando algumas pessoas ameaçam outras com graves represálias caso estas não deixem de patrocinar certas publicações e seus editores. Em muitos países, os editores de jornais e revistas ficam apavorados com a ameaça de boicote por parte dos sindicatos. Evitam discussões abertas sobre o assunto e tacitamente cedem às ordens dos líderes sindicais.⁴ Esses líderes “trabalhistas” são muito mais delicados do que as majestades reais e imperiais das épocas passadas, não admitem gracejos. Sua instabilidade rebaixou a sátira, a comédia e a comédia musical do verdadeiro teatro e condenou os filmes à esterilidade.

No *ancien regime* os teatros tinham liberdade para apresentar as zombarias de Beaumarchais sobre a aristocracia e a ópera imortal composta por Mozart. Sob o segundo império francês, a “Grã-Duquesa de Gerolstein” de Offenbach e Halévy parodiou o absolutismo, o militarismo e a vida da corte. O próprio Napoleão III e outros monarcas europeus divertiam-se com a peça que os ridicularizava. Na época vitoriana, o censor dos teatros britânicos, o *Lord Chamberlain*, não proibiu a exibição das comédias musicais de Gilbert e Sullivan que faziam pilhérias com todas as veneráveis instituições do sistema de governo britânico. Os lordes lotavam os camarotes enquanto no palco o Conde de Montararat cantava: “The House of Peers made no pretence to intellectual eminence” (A Casa dos nobres não tem veleidades a nenhum destaque intelectual).

Hoje em dia não se pode fazer a mínima paródia no palco a respeito dos poderes existentes. Nenhuma observação desrespeitosa sobre sindicatos, cooperativas, empresas dirigidas pelo governo, déficits orçamentários e outros aspectos do estado previdenciário é tolerada. Os líderes sindicais e os burocratas são sagrados: O que resta para a comédia são os assuntos que tornaram a opereta e a farsa de Hollywood execráveis.

⁴ Sobre o sistema de boicote estabelecido pela Igreja Católica, cf- P. Blanshard, *American Freedom and Catholic Power*, Boston, 1949, pp. 194-198.

O FANATISMO DOS LITERATOS

Um observador superficial das ideologias atuais pode facilmente deixar de reconhecer o fanatismo predominante dos que formam a opinião pública e das tramas que abafam a voz dos que não concordam. Parece haver discordância sobre questões consideradas como importantes. Comunistas, socialistas e intervencionistas, bem como as várias facções e escolas desses partidos, lutam entre si com tanto ardor, que a atenção se desvia dos dogmas fundamentais com os quais todos eles concordam plenamente. Por outro lado, os poucos pensadores independentes que têm coragem para questionar esses dogmas são praticamente alijados e suas ideias não conseguem atingir o público leitor. A tremenda máquina da propaganda e da doutrinação “progressista” tem tido grande sucesso ao inculcar esses tabus. A intolerante ortodoxia dos grupos que se consideram “não ortodoxos” é dominante.

Este dogmatismo “não ortodoxo” é uma autocontradição e confusa mistura de várias doutrinas incompatíveis entre si. É o que há de pior no ecletismo, uma adulterada compilação de suposições tiradas de sofismas e falsos conceitos há muito ultrapassados. Compreende fragmentos de muitos autores socialistas, tanto “utópicos” quanto “marxistas científicos”, ou da Escola Historicista Alemã, fabianos, institucionalistas americanos, sindicalistas franceses, tecnocratas. Repete os erros de Godwin, Carlyle, Ruskin, Bismarck, Sorel, Veblen e de uma porção de nomes menos famosos.

O dogma fundamental dessa crença proclama que a pobreza é resultado de instituições sociais injustas. O pecado original que privou a humanidade de uma vida feliz nos jardins do paraíso foi o estabelecimento da propriedade privada e da empresa. O capitalismo atende apenas aos interesses egoístas dos ferozes exploradores. Condena as massas de homens íntegros ao empobrecimento e degradação progressivos. O que é necessário para tornar prósperas todas as pessoas é a submissão dos exploradores gananciosos ao grande deus chamado estado. O motivo “lucro” deve ser substituído pelo motivo “serviço”. Felizmente, dizem eles, nem as intrigas nem a brutalidade provenientes dos infernais “monarquistas da economia” conseguem dominar o movimento reformista. A chegada da era do planejamento central é inevitável. Haverá então fartura e abundância para todos. Quem está ansioso para acelerar essa grande transformação se autodenomina de progressista, exatamente porque finge que está trabalhando para a realização daquilo que é desejável e, ao mesmo tempo, que está de acordo com as leis inexoráveis da evolu-

ção histórica. Chamam de reacionários todos os que se dedicam ao vão esforço de deter o que eles chamam de progresso.

Do ponto de vista desses dogmas, os progressistas defendem certas políticas que, a seu ver, podem de imediato aliviar o fardo das massas sofredoras. Recomendam, por exemplo, a expansão do crédito e o aumento do volume de moeda em circulação, o piso do salário mínimo a ser determinado e imposto seja pelo governo, seja pela pressão e coerção do sindicato, o controle de preços das mercadorias e dos aluguéis, bem como outras medidas intervencionistas. Mas os economistas têm demonstrado que todas essas panaceias não levam aos resultados que seus defensores desejam alcançar. Seu efeito é, *do exato ponto de vista dos que os recomendam e concorrem para sua execução*, ainda mais insatisfatório do que o precedente estado de coisas que eles se propunham a alterar. A expansão do crédito provoca a recorrência de crises econômicas e de períodos de recessão. A inflação faz com que subam os preços de todas as mercadorias e serviços. As tentativas de impor aumentos de salário superiores aos que seriam determinados pela liberdade de mercado provocam o desemprego em massa que se estende ano após ano. Tabelamento de preços tem como efeito a queda no fornecimento dos produtos tabelados. Os economistas têm provado essas teses de modo irrefutável. Nenhum pseudo-economista “progressista” jamais tentou negá-las. O ataque essencial que os progressistas fazem ao capitalismo é que a recorrência de crises e recessões, bem como do desemprego em massa, são características inerentes a esse sistema. Demonstrar que esses fenômenos são, pelo contrário, resultantes das tentativas intervencionistas no sentido de regular o capitalismo e de melhorar as condições do homem comum é dar à ideologia progressista o golpe final. Como os progressistas não estão em situação de opor nenhuma objeção consistente à argumentação dos economistas, tentam manter estes afastados das pessoas e especialmente dos intelectuais e dos universitários. Qualquer menção a essas heresias é estritamente proibida. Seus autores são insultados, e os universitários são desencorajados a ler suas “loucas bobagens”.

No modo de ver dos dogmáticos progressistas, existem dois grupos de indivíduos que lutam para saber quanto da “renda nacional” deve caber a cada um deles. A classe dos proprietários, os empresários e os capitalistas, à qual quase sempre se referem como “gerência”, não está preparada para deixar ao “trabalho” — isto é, assalariados e empregados — nada além de uma ninharia, apenas um pouco mais do que a garantia de subsistência. A força de trabalho, como pode ser facilmente entendido, prejudicada pela ganância da “gerência” está inclinada a dar ouvidos aos radicais, aos comu-

nistas, que desejam despojar inteiramente a “direção”. Entretanto, a maioria da classe trabalhadora é suficientemente moderada para não entregar-se ao radicalismo excessivo. Ela rejeita o comunismo e está pronta para se contentar com menos do que o confisco total da renda “imerecida”. Desejam uma solução de meio termo, o planejamento, o estado previdenciário, o socialismo. Nessa controvérsia, os intelectuais que declaradamente não pertencem a nenhum dos dois campos adversários, são chamados a intervir como árbitros. Eles — os professores, representantes da ciência, e os escritores, representantes da literatura — devem evitar os extremistas de cada grupo, tanto os que recomendam o capitalismo como os que apoiam o comunismo. Devem permanecer com os moderados. Devem insistir no planejamento, no estado previdenciário, no socialismo, e devem apoiar todas as medidas adotadas para refrear a ganância da gerência, bem como impedi-la de abusar do seu poder econômico.

É desnecessário repetir a análise minuciosa de todos os erros e contradições implícitos nessa forma de pensar. Basta destacar três erros fundamentais.

Primeiro: o grande conflito ideológico de nossa era não é a luta a respeito da distribuição da “renda nacional”. Não é uma briga entre duas classes, das quais cada uma busca se apropriar do maior quinhão possível de uma quantia total que está disponível para a distribuição. Trata-se de uma divergência quanto à escolha do mais adequado sistema de organização econômica da sociedade. A questão está em saber qual dos dois sistemas, capitalismo ou socialismo, garante maior produtividade dos esforços humanos para melhorar o padrão de vida das pessoas. A questão também é saber se o socialismo pode ser considerado um substituto para o capitalismo, se a conduta racional das atividades de produção, isto é, conduta baseada no cálculo econômico, pode ser efetivada sob as condições socialistas. O fanatismo e o dogmatismo dos socialistas estão manifestos no fato de eles obstinadamente recusarem-se a examinar esses problemas. Com eles nem se discute que o capitalismo é o pior dos males e o socialismo a encarnação de tudo o que há de bom. Qualquer tentativa de análise dos problemas econômicos de uma comunidade socialista é considerada crime de lesa-majestade. Como as condições existentes nos países ocidentais ainda não permitem a eliminação desses criminosos à maneira russa, são eles insultados e difamados, suspeitos e boicotados.⁵

⁵ As duas últimas frases não se referem a três ou quatro autores socialistas de nossa época que — muito tardia e insatisfatoriamente — começaram a examinar os problemas econômicos do socialismo. Aplicam-se literalmente, porém, a todos os demais socialistas desde a mais remota origem das ideias socialistas até hoje.

Segundo: não há diferença do ponto de vista econômico entre socialismo e comunismo. Ambos os termos, socialismo e comunismo, expressam o mesmo sistema de organização econômica da sociedade, ou seja, o controle público de todos os meios de produção, em oposição ao controle privado dos meios de produção, chamado capitalismo. Os dois termos, socialismo e comunismo, são sinônimos. O documento que todos os socialistas marxistas consideram como base inabalável de sua doutrina chama-se o *Manifesto Comunista*. Por outro lado, o nome oficial do império russo é União das Repúblicas *Socialistas* Soviéticas (URSS).⁶

O antagonismo entre o comunismo atual e os partidos socialistas nada tem a ver com o objetivo final de suas políticas. Refere-se primordialmente à atitude dos ditadores russos que buscam subjugar o maior número possível de países, a começar pelos Estados Unidos. Refere-se, além disso, à questão da realização do controle público dos meios de produção: deve ser esse controle efetivado por métodos constitucionais ou pela derrubada violenta do governo no poder?

Também os termos “planejamento” e “estado previdenciário” tais como são usados na linguagem dos economistas, estadistas, políticos e demais pessoas não adquirem significação diferente de acordo com o objetivo final do socialismo e do comunismo. Planejamento significa que os projetos individuais dos cidadãos devem ser substituídos pelos planos do governo. Significa que empresários e capitalistas devem ser destituídos da possibilidade de empregar seu capital de acordo com sua própria vontade e devem ser obrigados a cumprir incondicionalmente as ordens provenientes do órgão planejador central ou governo. Isto representa a transferência do controle das mãos dos empresários e capitalistas para as do governo.

É, pois, grave tolice considerar socialismo, planejamento ou estado previdenciário como soluções ao problema da organização econômica da sociedade diferentes das do comunismo e devendo ser tidas como “menos absolutas” ou “menos radicais”. Socialismo e planejamento não são antídotos contra o comunismo, como muitos parecem crer. O socialista é mais moderado do que o comunista no sentido de ele não subtrair documentos secretos do seu país para entregá-los aos russos nem de conspirar para o assassinato de burgueses anticomunistas. Trata-se, é claro, de uma diferença muito importante. Mas não tem qualquer relação com o objetivo final da ação política.

⁶ Sobre as tentativas feitas por Stalin a fim de estabelecer uma falsa distinção entre socialismo e comunismo, cf. Mises, *Planned Chaos*, Irvington-on-Hudson, 1947, pp. 44-46 (reimpresso na nova edição de *Socialism*, Yale University Press, 1951, pp. 552-553).

Terceiro: capitalismo e socialismo são dois padrões distintos de organização social. O controle privado dos meios de produção e o controle público são noções contraditórias e não meramente contrárias. Não existe uma espécie de economia mista, um sistema que se situe entre o capitalismo e o socialismo. Quem defende o que erroneamente se pensa ser uma solução de meio termo não recomenda um compromisso entre capitalismo e socialismo, mas sim um terceiro padrão, com características específicas e que deve ser julgado segundo seus méritos. Esse terceiro sistema que os economistas chamam de intervencionismo não é uma combinação, como alegam seus defensores, de alguns traços do capitalismo com outros do socialismo. É algo inteiramente diferente de cada um dos dois. Os economistas que declaram que o intervencionismo não atinge os fins que seus adeptos querem atingir mas sim piora as coisas — não do ponto de vista dos economistas mas do próprio ponto de vista dos defensores do intervencionismo — não são intransigentes nem extremistas. Descrevem simplesmente as inevitáveis consequências do intervencionismo.

Quando Marx e Engels no Manifesto Comunista defenderam medidas intervencionistas precisas, não estavam recomendando um compromisso entre socialismo e capitalismo. Consideravam aquelas medidas — por acaso as que são hoje a essência das políticas do *New Deal* e do *Fair Deal* — como os primeiros passos para o estabelecimento do pleno comunismo. Eles mesmos descreveram essas medidas como “economicamente insuficientes e insustentáveis”, e para as quais só haviam apelado porque elas “no decorrer do movimento se superam a si mesmas, necessitam de novas incursões pela antiga ordem social, e são inevitáveis como meio de revolucionar inteiramente o modo de produção”.

Logo, a filosofia social e econômica dos progressistas é um pretexto para o socialismo e o comunismo.

6

OS ROMANCES E PEÇAS “SOCIAIS”

O público, influenciado por ideias socialistas, pede romances e peças socialistas (“sociais”). Os autores, também eles imbuídos de ideias socialistas, estão prontos para fornecer a matéria solicitada. Descrevem condições insatisfatórias que, como eles insinuam, são a consequência inevitável do capitalismo. Retratam a pobreza, e a penúria, a ignorância, a sujeira e a doença das classes exploradas. Acusam a luxúria, a estupidez e a corrupção moral das classes

exploradoras. A seu ver, tudo o que é mau e ridículo é burguês, e tudo o que é bom e sublime é proletário.

Os autores que tratam da vida dos necessitados podem ser divididos em duas classes. A primeira é a dos que não conheceram a pobreza, que nasceram e foram criados num ambiente “burguês” ou num meio de abastados assalariados ou agricultores; para esses autores, o meio no qual situam as personagens de suas peças e romances é estranho. Devem tais autores, antes de começar a escrever, reunir informações sobre a vida no submundo que desejam retratar. Põem-se a pesquisar. Mas, é claro que abordam o tema de seus estudos com certos preconceitos. Sabem com antecedência o que vão encontrar. Estão convencidos de que as condições dos assalariados são desoladoras e mais terríveis do que se possa imaginar. Fecham os olhos para tudo o que não querem ver e só encontram o que confirma suas opiniões preconcebidas. Aprenderam com os socialistas que o capitalismo é um sistema que faz com que as massas sofram terrivelmente e que, quanto mais o capitalismo progride e se aproxima da plena maturidade, mais a imensa maioria de pessoas empobrece. Seus romances e peças são pensados como estudos de caso para demonstrar esse dogma marxista.

O erro desses autores não está em escolherem revelar a miséria e a privação. Um artista pode mostrar seu domínio no tratamento de qualquer tipo de assunto. O erro deles está na informação tendenciosa e na falsa interpretação das condições sociais. Não conseguem perceber que as circunstâncias chocantes que descrevem são o resultado da ausência de capitalismo, reminiscências do passado pré-capitalista ou efeitos das políticas que sabotaram o funcionamento do capitalismo. Não entendem que o capitalismo, ao gerar a produção em larga escala para o consumo das massas, é essencialmente um sistema que liquida com a penúria na medida do possível. Descrevem o assalariado somente como capacidade de mão-de-obra e nunca se lembram que ele também é o principal consumidor seja dos próprios produtos manufaturados, seja dos gêneros alimentícios e das matérias-primas negociadas em troca.

A predileção desses autores que tratam da desolação e da desgraça torna-se uma escandalosa distorção da verdade quando dão a entender que o que estão relatando é o típico e representativo estado de coisas do capitalismo. A informação prestada pelos dados estatísticos referentes à produção e venda de todos os artigos produzidos em larga escala mostra que o assalariado médio não vive na profunda miséria.

A figura mais destacada na escola da literatura “social” foi Émile Zola. Ele traçou o padrão que legiões de imitadores menos capazes adotaram. Na sua opinião, a arte estava intimamente ligada à ciência. Tinha que se apoiar na pesquisa e ilustrar as descobertas da ciência. E o principal resultado da ciência social, no entender de Zola, era o axioma de que o capitalismo é o pior de todos os males e de que o advento do socialismo é não apenas inevitável como altamente desejável. Seus romances eram “de fato um conjunto de homílias socialistas”.⁷ Mas Zola foi, na sua inclinação e fervor pró-socialistas, logo ultrapassado pela literatura “proletária” de seus adeptos.

Os críticos-“proletários” da literatura alegam que aquilo que foi tratado por esses autores “proletários” nada mais é do que os fatos verídicos da experiência proletária.⁸ No entanto, tais autores não relatam fatos simplesmente. Interpretam esses fatos do ponto de vista dos ensinamentos de Marx, Veblen e Webbs. Essa interpretação é a essência de sua obra, o ponto destacado que a caracteriza como propaganda pró-socialista. Esses escritores tomam os dogmas sobre os quais seu relato de acontecimentos se baseia como aceitos e irrefutáveis; estão absolutamente convencidos de que seus leitores partilham a mesma fé. Por isso, parece-lhes quase sempre supérfluo referir-se explicitamente às doutrinas. Às vezes fazem-lhes menção implícita. Mas isso não altera o fato de que tudo o que veiculam em seus livros depende da validade dos princípios e das estruturas pseudo-econômicas socialistas. Sua ficção é uma ilustração das lições dos doutrinadores anticapitalistas e soçobra com eles.

A segunda classe de autores da ficção “proletária” é a dos que nasceram no meio proletário que descrevem em seus livros. Esses indivíduos se afastaram do ambiente operário e juntaram-se às classes dos profissionais, não são como os autores de origem burguesa que escrevem sobre o operariado e que precisam pesquisar para saber como é a vida dos assalariados. Podem valer-se da própria experiência.

Essa experiência pessoal ensina-lhes coisas que contradizem frontalmente dogmas essenciais do credo socialista, filhos talentosos e esforçados de pais que vivem em condições modestas não são impedidos de galgar posições mais satisfatórias. Os autores de origem “proletária” servem de testemunha desse fato. Sabem por que venceram enquanto a maioria de seus irmãos e colegas não o conseguiu. No curso de seu

⁷ Cf. P. Martino na *Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. XV, p. 537.

⁸ Cf. J. Freeman, *Introdução a Proletarian Literature in the United States, an Anthology*, New York, 1935, pp. 9-28.

avanço para uma melhor situação na vida, tiveram ampla oportunidade de encontrar outros jovens que, como eles, estavam ávidos para aprender e melhorar. Sabem por que alguns atingiram seus objetivos e outros não. Agora, convivendo com os “burgueses”, descobrem que a diferença entre um homem que ganha mais e outro que ganha menos não está no fato de o primeiro ser um patife. Eles não teriam superado o nível em que nasceram se fossem estúpidos a ponto de não perceber que muitos homens de negócios e profissionais são pessoas que se fizeram por si e que, como eles próprios, começaram do nada. Não podem deixar de perceber que as diferenças de renda dependem de fatores diversos dos que são apontados pelo ódio socialista.

Esses autores não são sinceros quando adotam em seus livros as homilias pró-socialistas. Seus romances e peças são inverídicos e, portanto, não passam de lixo. Ficam bem abaixo da qualidade dos livros de seus colegas de origem “burguesa” que, pelo menos, acreditam no que escrevem.

Os autores socialistas não se contentam em descrever as condições das vítimas do capitalismo. Tratam também da vida e das ações dos que nele se beneficiam, os homens de negócios. Desejam revelar aos leitores como o lucro passou a existir. Como eles mesmos — graças a Deus — não entendem desses temas sórdidos, procuram informar-se em livros de historiadores competentes. Eis o que esses especialistas lhe dizem sobre os “gangsters financeiros” e os “barões enriquecidos ilicitamente”, bem como sobre a maneira pela qual obtiveram a riqueza: “Começou sua carreira como tocador de gado, o que significa que ele comprava gado dos fazendeiros e o trazia ao mercado para vender. O gado era vendido aos açougueiros a peso. Pouco antes de chegar ao mercado, ele alimentava o gado com sal e dava-lhe de beber grande quantidade de água. Um galão de água pesa oito libras. Dê três ou quatro galões de água a uma vaca, e terá um peso ótimo quando chega a hora de vendê-la”.⁹ Nesse tom, muitos e muitos romances e peças revelam as maquinações do vilão da trama, o homem de negócios. Os magnatas tornaram-se ricos com a venda de aço defeituoso e de alimentos estragados, de sapatos com sola de papelão e de artigos de algodão impingidos como de seda. Subornaram senadores e governadores, juízes e policiais. Enganaram clientes e empregados. É uma história muito comum.

Nunca ocorreu a esses autores que sua narrativa implicitamente descreve todos os demais norte-americanos como perfeitos idiotas a

⁹ cr. W. E. Woodward (*A New American History*, New York, 1938, p. 608) ao narrar a biografia de um homem de negócios que mantinha um Seminário de Teologia.

quem qualquer tratante pode enganar com facilidade. A tramoia do gado estufado pela água é o método mais primitivo e mais velho de trapaça. Custa acreditar que haja em alguma parte do mundo compradores de gado tão idiotas que ainda caíam nessa. Admitir que tenha havido nos Estados Unidos açougueiros que tenham sido tapeados dessa forma é contar com muita ingenuidade do leitor. Acontece o mesmo com todas as fábulas semelhantes.

Na vida privada, o homem de negócios — de acordo com os autores “progressistas” — é um bárbaro, um jogador, um bêbado. Passa os dias nas pistas de corrida, as noites em clubes noturnos e as madrugadas com as amantes. Como Marx e Engels mostraram no *Manifesto Comunista*, esses “burgueses, não contentes de terem à sua disposição as esposas e filhas de seus operários, sem falar das prostitutas comuns, sentem o maior prazer em seduzir as esposas uns dos outros”. É assim que o mundo dos negócios americano é retratado em grande parte da literatura americana.¹⁰

¹⁰ Cf. a brilhante análise de John Chamberlain, *The Businessman in Fiction* (*Fortune*, novembro 1948. pp. 134-148).

AS OBJEÇÕES NÃO ECONÔMICAS AO CAPITALISMO

1

O ARGUMENTO DA FELICIDADE

Os críticos fazem duas acusações ao capitalismo. A primeira consiste em dizer que a posse de um carro, de um aparelho de televisão e de uma geladeira não faz o homem feliz. A segunda é que ainda existem pessoas que não possuem nenhum desses objetos. Ambas as proposições são corretas mas não conseguem denegrir o sistema capitalista de cooperação social.

As pessoas não se esforçam e se afligem a fim de obter a felicidade perfeita, mas a fim de eliminar ao máximo as dificuldades que se apresentam e, assim, tornarem-se mais felizes do que eram antes. O homem que compra um televisor deixa evidente o fato de que a posse desse aparelho aumentará seu bem-estar e o tornará mais contente do que antes. Caso contrário, ele não o teria comprado. A tarefa do médico não é a de tornar o paciente feliz, mas sim de eliminar a dor e deixá-lo em melhor disposição para que possa atingir o objetivo principal de todo ser, isto é, a luta contra todos os fatores nocivos à sua vida e ao seu bem-estar.

É verdade que existem entre os monges budistas, que vivem de esmolas, na sujeira e na penúria, alguns que se sentem perfeitamente felizes e não têm inveja de nenhum rico. Todavia, é verdade que, para a grande maioria das pessoas, uma vida assim parece insuportável. Para elas o impulso no sentido de incessantemente almejar a melhoria das condições externas de vida é inato. Quem ousaria apontar um pedinte asiático como exemplo para um norte-americano de classe média? Um dos maiores sucessos do capitalismo é a queda da mortalidade infantil. Quem pode negar que este fenômeno, ao menos, removeu uma das causas da infelicidade de muitas pessoas?

Não menos absurda é a segunda acusação lançada contra o capitalismo — isto é, que as inovações tecnológicas e terapêuticas não beneficiam a todos. As mudanças nas condições humanas são conseguidas pelo pioneirismo dos homens mais inteligentes e mais

dinâmicos. Eles assumem a liderança, e o resto da humanidade os segue pouco a pouco. A inovação é, no início, um luxo de apenas alguns até que, gradativamente, passa a ficar ao alcance da maioria. Não é a objeção consciente ao uso dos calçados ou dos garfos que faz com que eles se propaguem lentamente e com que ainda hoje milhões de pessoas vivam sem eles. As delicadas senhoras e os cavalheiros que primeiro se utilizaram do sabonete foram os precursores da produção de sabonetes em larga escala para o homem comum. Se quem hoje dispõe de meios para adquirir um televisor resolvesse se abster de comprá-lo porque algumas pessoas não têm recursos para isso, não estaria promovendo, mas retardando a popularização desse aparelho.¹

2

MATERIALISMO

Mais uma vez surgem os descontentes que atacam o capitalismo pelo que denominam seu sórdido materialismo. Não podem deixar de admitir que o capitalismo tem a tendência de melhorar as condições materiais da humanidade. Porém, dizem eles, o capitalismo tem afastado os homens de objetivos mais elevados e nobres. Alimenta os organismos mas enfraquece os espíritos e as mentes. Provocou a ruína das artes. Já vão longe os dias dos grandes poetas, pintores, escultores e arquitetos, nossa era produz apenas lixo.

O julgamento quanto aos méritos de uma obra de arte é totalmente subjetivo. Algumas pessoas estimam o que outras desprezam. Não existe uma medida para julgar o valor artístico de um poema ou de um edifício. Quem se encanta com a Catedral de Chartres e com *As meninas* de Velásquez talvez julgue que os que permanecem insensíveis a essas maravilhas são pessoas rudes. Muitos estudantes se aborrecem ao máximo quando a escola os obriga a ler *Hamlet*. Apenas as pessoas tocadas pela centelha da mentalidade artística têm condições de apreciar e de desfrutar da obra de um artista.

Entre os que se pretendem homens educados existe muita hipocrisia. Assumem ares de conhecedores e simulam entusiasmo pela arte do passado e pelos artistas falecidos há muito tempo. Não demonstram a mesma simpatia pelo artista contemporâneo que ainda luta por reconhecimento. A aparente adoração pelos velhos mestres é

¹ Ver pp. 42-43, sobre a tendência inerente do capitalismo para diminuir o intervalo entre o aparecimento de uma nova melhoria e o momento em que seu uso se generaliza.

para eles um meio de depreciar e ridicularizar os novos artistas que se afastam dos cânones tradicionais para criar os seus próprios.

John Ruskin será sempre lembrado — junto com Carlyle, os Webbs, Bernard Shaw e outros — como um dos coveiros da liberdade, da civilização e da prosperidade britânica. Caráter desprezível, tanto na vida particular como na vida pública, ele glorificava a guerra e a carnificina e fanaticamente difamava os ensinamentos da economia política, que não chegava a compreender. Era um fanático detrator da economia de mercado e um romântico enaltecido das guildas. Prestava homenagem às artes dos séculos primitivos. Porém, ao defrontar-se com a obra de um grande artista vivo, Whistler, censurou-a numa linguagem tão sórdida e injuriosa que foi processado por difamação e declarado culpado pelo júri. Foram as composições literárias de Ruskin que popularizaram o preconceito de que o capitalismo, além de ser um péssimo sistema econômico, substituiu a beleza pela feiura, o esplendor pela trivialidade, a arte pelo lixo.

Como há muita discordância na apreciação das obras artísticas, não é possível desmentir os rumores sobre a inferioridade artística da era do capitalismo da mesma maneira irrefutável com que se pode contestar os erros num raciocínio lógico ou na apresentação dos fatos da experiência. Assim mesmo, nenhum homem normal seria capaz de depreciar o esplendor das realizações artísticas da era do capitalismo.

A preeminente arte desta época de “sórdido materialismo e enriquecimento” foi a música. Wagner e Verdi, Berlioz e Bizet, Brahms e Bruckner, Hugo Wolf e Mahler, Puccini e Richard Strauss, que ilustre desfile! Que período notável em que mestres como Schumann e Donizetti foram ofuscados por gênios ainda maiores!

Foi aí que surgiram os grandes romances de Balzac, Flaubert, Maupassant, Jean Jacobson, Proust, e os poemas de Victor Hugo, Walt Whitman, Rilke e Yeats. Como seriam pobres nossas vidas se não tivéssemos conhecido as obras desses gigantes e as de muitos outros autores não menos importantes.

Não podemos esquecer os pintores e escultores franceses que nos ensinaram novas maneiras de olhar para o mundo e de apreciar a luz e a cor.

Ninguém jamais contestou que essa era incentivou todos os ramos da atividade científica. Mas, afirmam os descontentes, era principalmente um trabalho de especialistas ao qual faltava “síntese”. Não é

possível distorcer de modo mais absurdo os ensinamentos da matemática moderna, da física e da biologia. E o que dizer dos livros de filósofos como Croce, Bergson, Husserl e Whitehead?

Cada época tem caráter próprio em suas realizações artísticas. A imitação das obras-primas do passado não é arte; é repetição. O que valoriza uma obra são as características que a tornam diferente de outras. Isto é o que se chama o estilo de uma época.

Em certo sentido, os enaltecedores do passado parecem estar certos. As últimas gerações não nos legaram monumentos tais como as pirâmides, os templos gregos, as catedrais góticas, as igrejas e palácios da renascença e do barroco. Nos últimos cem anos, muitas igrejas e até mesmo catedrais foram construídas bem como palácios do governo, escolas e bibliotecas. Mas não apresentam qualquer concepção original; refletem velhos estilos ou mistura de vários estilos antigos. Apenas nos prédios de apartamentos, nos edifícios comerciais e nas casas particulares notou-se uma evolução que poderá ser considerada como um estilo arquitetônico de nossa era. Embora pareça pedante deixar de admirar o esplendor peculiar de espetáculos como a silhueta da cidade de Nova York, pode-se admitir que a arquitetura moderna não atingiu o destaque da dos últimos séculos.

Os motivos são muitos. No que se refere às construções religiosas, o acentuado conservadorismo das igrejas afasta qualquer inovação. Com o passar das dinastias e das aristocracias, o estímulo para construir novos palácios desapareceu. A riqueza dos empresários e capitalistas é, por mais que os demagogos anticapitalistas possam inventar, tão inferior à dos reis e príncipes, que eles não podem se permitir tão luxuosas construções, ninguém hoje é suficientemente rico para planejar palácios como os de Versailles ou o Escorial. As autorizações para a construção dos edifícios do governo não mais emanam de déspotas que tinham a liberdade, a despeito da opinião pública, de escolher um arquiteto por quem tinham alta estima e para patrocinar um projeto que escandalizava a grande maioria. Comissões e juntas administrativas não estão dispostas a adotar as ideias dos atrevidos pioneiros. Elas preferem situar-se do lado seguro.

Jamais houve uma época em que a maioria estivesse preparada para fazer justiça à arte contemporânea. O fato de reconhecer os grandes autores e artistas sempre foi limitado a pequenos grupos. O que caracteriza o capitalismo não é o mau gosto das multidões, mas o fato de que essas mesmas multidões, tornadas prósperas pelo capitalismo, passaram a ser “consumidoras” de literatura — obviamente da literatura sem qualidade. O mercado do livro está invadido pela

literatura banal destinada aos semibárbaros. Mas isso não impede que grandes autores criem obras imortais.

Os críticos derramam lágrimas pela suposta decadência das artes industriais. Comparam, por exemplo, as mobílias antigas preservadas nos castelos das famílias aristocratas europeias e nas coleções de museus, com as peças baratas geradas pela produção em larga escala. Não percebem que esses artigos dos colecionadores foram feitos exclusivamente para os abastados. As arcas entalhadas e as mesas marchetadas não poderiam ser encontradas nas miseráveis choupanas das camadas mais pobres. Quem critica a mobília barata do assalariado norte-americano deveria cruzar a fronteira e examinar as casas dos peões mexicanos, que são destituídas de qualquer mobiliário. Quando a indústria moderna começou a suprir as massas com a parafernália de uma vida melhor, seu principal objetivo era produzir o mais barato possível, sem qualquer preocupação com os valores estéticos. Mais tarde, quando o progresso do capitalismo elevou o padrão de vida das massas, eles voltaram-se pouco a pouco para a fabricação de coisas mais refinadas e bonitas. Somente uma predisposição romântica pode induzir um observador a ignorar o fato de que cada vez mais os cidadãos dos países capitalistas vivem num meio ambiente que não pode ser simplesmente tido como feio.

3

INJUSTIÇA

Os mais apaixonados caluniadores do capitalismo são aqueles que o rejeitam por causa de sua suposta injustiça.

É passatempo inconsequente apontar aquilo que *deveria* ser e não é porque contraria as leis inflexíveis do universo real. Tais devaneios podem ser considerados inócuos enquanto permanecem como sonhos. Porém, quando seus autores começam a ignorar a diferença entre fantasia e realidade, tornam-se os mais sérios obstáculos aos esforços humanos no sentido de melhorar as condições externas de vida e bem-estar.

A pior de todas essas ilusões é a ideia de que a “natureza” conferiu a cada indivíduo certos direitos. Segundo esta doutrina, a natureza é generosa para com toda criança que nasce. Existe muito de tudo para todos. Consequentemente, todos têm uma reivindicação justa e inalienável contra seus semelhantes e contra a sociedade: a de receber a parcela total que a natureza lhe outorgou. As leis eternas da justiça natural e divina determinam

que ninguém se aproprie daquilo que, por direito, pertence a outrem. Os pobres são necessitados somente porque pessoas injustas despojaram-nos do seu direito de herança. O papel da Igreja e das autoridades seculares é o de impedir essa espoliação e fazer com que todos sejam prósperos.

Cada palavra desta doutrina é falsa. A natureza não é generosa, mas sim mesquinha. Ela restringiu o fornecimento de todas as coisas indispensáveis à preservação da vida humana. Povoou o mundo com animais e plantas nos quais o impulso para destruir a vida humana e o bem-estar é inato. Desenvolve forças e elementos cuja ação é prejudicial à vida humana e aos esforços humanos para preservá-la. A sobrevivência e o bem-estar do homem são uma realização da habilidade com a qual ele utilizou o principal instrumento que lhe foi concedido pela natureza — a razão. Os homens, ao cooperarem sob o sistema da divisão do trabalho, criaram toda a riqueza que os sonhadores consideram um presente espontâneo da natureza. Com relação à “distribuição” dessa riqueza, seria absurdo referir-se a um princípio supostamente divino ou natural de justiça. O que importa não é a distribuição das parcelas de uma reserva presenteada ao homem pela natureza. O problema é promover as instituições sociais que permitem às pessoas continuar e aumentar a produção de tudo o que necessitam.

O Conselho Mundial das Igrejas, organização ecumênica de Igrejas Protestantes, declarou em 1948: “A justiça exige que os habitantes da Ásia e da África, por exemplo, sejam beneficiados por uma maior produção industrial.”² Isto só tem sentido se alguém supõe que Deus presenteou a humanidade com uma determinada quantidade de máquinas e presumiu que esses instrumentos fossem distribuídos igualmente pelos vários países. Contudo, os países capitalistas foram tão perversos que se apoderaram de uma quantidade muito maior do que a “justiça” lhes determinou e, assim, privaram os habitantes da Ásia e da África das quantidades a que tinham direito. Que vergonha!

A verdade é que a acumulação de capital e seu investimento em máquinas, a fonte da riqueza comparativamente maior dos povos ocidentais, devem-se exclusivamente ao capitalismo *laissez-faire*, que o mesmo documento das Igrejas veementemente deturpa e rejeita no campo moral. Não é culpa dos capitalistas se os asiáticos e os africanos não adotaram as ideologias e políticas que teriam tornado possível a

² Cf. *The Church and the Disorder of Society*. New York, 1948, p. 198.

evolução do capitalismo nativo. Também não é culpa dos capitalistas se as políticas dessas nações impediram as tentativas dos investidores estrangeiros no sentido de dar-lhes “os benefícios de uma maior produção industrial”, ninguém nega que o que torna centenas de milhões de pessoas na Ásia e na África necessitadas é o fato de elas apegarem-se a métodos primitivos de produção e de perderem as vantagens que o emprego de melhores ferramentas e de tecnologia atualizada lhes poderia conferir. Existe apenas um caminho para aliviar sua miséria — ou seja, a adoção total do capitalismo *laissez-faire*. Eles necessitam é da empresa privada, da acumulação de novo capital, de capitalistas e empresários. É absurdo culpar o capitalismo e as nações ocidentais capitalistas pelas condições que os povos atrasados criaram para si próprios. A solução indicada não é a “justiça” mas a substituição de políticas doentias por políticas sadias, ou seja, pelo *laissez-faire*.

Não foram fúteis indagações sobre um vago conceito de justiça que elevaram o padrão de vida do homem comum nos países capitalistas aos níveis atuais, mas as atividades dos homens apelidados “individualistas grosseiros” e “exploradores”. A pobreza das nações atrasadas é devida ao fato de que sua política de expropriação, taxaço discriminatória e controle da moeda estrangeira impede o investimento do capital estrangeiro, enquanto sua política interna evita a acumulação do capital nativo.

Todos os que rejeitam o capitalismo por considerá-lo moralmente um sistema injusto estão enganados ao não compreenderem o que é o capital, como passa a existir e como é mantido, e quais os benefícios obtidos do seu emprego nos processos de produção.

A única fonte de geração de bens de capital adicionais é a poupança. Se todos os bens produzidos são consumidos, nenhum novo capital é gerado. Mas, se o consumo se situa abaixo da produção e o excedente de bens recentemente produzidos sobre os consumidos é utilizado em novos processos de produção, esses processos são a partir daí conduzidos com o auxílio de mais bens de capital. Todos os bens de capital são bens intermediários, etapas do percurso que vai desde o primeiro emprego dos fatores originais de produção, isto é, dos recursos naturais e do trabalho humano, até o acabamento final das mercadorias prontas para o consumo. Todos eles são perecíveis. São, mais cedo ou mais tarde, gastos nos processos de produção. Se todos os produtos são consumidos sem a reposição dos bens de capital que foram utilizados em sua produção, o capital acaba. Se isto acontece, a nova produção será provida por uma quantidade menor de bens de capital e irá, portanto, apresentar um rendimento menor por unidade de recursos naturais e de trabalho empregado. Para evitar este tipo de prejuízo e de perda de investimento, deve-se aplicar uma parte do

esforço produtivo na manutenção do capital, na reposição dos bens de capital absorvidos na produção de bens utilizáveis.

O capital não é uma dádiva gratuita de Deus ou da natureza. É o resultado de uma prudente restrição do consumo por parte do homem. É criado e aumentado pela poupança e mantido pela abstenção dos gastos.

Nem o capital nem os bens de capital têm o poder de elevar a produtividade dos recursos naturais e do trabalho humano. Somente se os frutos da poupança forem adequadamente empregados ou investidos é que poderão aumentar o rendimento do insumo dos recursos naturais e do trabalho. Se isso não acontece, eles são dissipados ou perdidos.

A acumulação de novo capital, a manutenção do capital previamente acumulado e a utilização do capital para aumentar a produtividade do esforço humano são os frutos da atividade humana intencional. Resultam da conduta de pessoas prósperas que poupam e se abstêm de gastar, isto é, os capitalistas que ganham juros; e das pessoas que são bem-sucedidas ao utilizar o capital disponível para a melhor satisfação possível das necessidades dos consumidores, isto é, os empresários que ganham lucros.

Nem o capital (ou os bens de capital) nem a conduta dos capitalistas e empresários que lidam com o capital poderiam melhorar o padrão de vida do resto das pessoas, se os não capitalistas e os não empresários não reagissem de certa forma. Se os assalariados se comportassem da maneira descrita pela falsa “lei de ferro dos salários” e não soubessem fazer outro uso de seus rendimentos a não ser para se alimentar e para procriar, o aumento do capital acumulado acompanharia o aumento populacional. Todos os benefícios derivados da acumulação de capital adicional seriam absorvidos pelo aumento demográfico. Todavia, os homens não reagem a uma melhoria das condições externas de suas vidas de forma idêntica à dos roedores de bactérias. Conhecem também outros prazeres além de comer e de procriar. Como consequência, nos países de civilização capitalista, o aumento do capital acumulado excede o aumento da cifra da população. À medida que isso acontece, a produtividade marginal do trabalho cresce em relação à produtividade marginal dos fatores materiais de produção. Surge uma tendência para taxas salariais mais elevadas. A proporção do rendimento total da produção que cabe aos assalariados é aumentada em relação à que cabe como juros aos capitalistas e à que cabe como aluguel aos proprietários.³

³ Os lucros não são afetados. São o ganho derivado do ajuste do emprego dos fatores materiais de pro-

Falar da produtividade do trabalho só faz sentido se isso se refere à produtividade marginal do trabalho, isto é, a dedução no rendimento líquido a ser causada pela eliminação de um operário. Aí ela representa uma quantidade econômica definida, um determinado volume de mercadorias ou seu equivalente em dinheiro. O conceito de uma produtividade geral do trabalho como se depreende das referências populares um suposto direito natural dos operários de exigir o aumento total da produtividade é vago e indefinível. Baseia-se na ilusão de que é possível determinar com quanto cada um dos vários fatores complementares de produção contribuiu fisicamente para o surgimento do produto. Se alguém corta uma folha de papel com uma tesoura, é impossível atribuir as cotas do produto que cabem à tesoura (ou a cada uma das lâminas) ou à pessoa que a manipulou. Para fabricar um automóvel são necessárias várias máquinas e ferramentas, várias matérias-primas, o trabalho de muitos operários e, antes de tudo, o projeto de um desenhista. Mas ninguém pode determinar que parcela do carro depois de pronto pode ser fisicamente atribuída a cada um dos fatores cuja cooperação foi necessária para a produção do veículo.

Para efeitos de discussão, podemos deixar provisoriamente de lado todas as considerações, que mostram os erros da forma como o problema é popularmente tratado, e perguntar: Qual dos dois fatores, trabalho ou capital, provocou o aumento da produtividade? Mas, se colocarmos a questão exatamente dessa forma, a resposta será: o capital. O que faz com que o rendimento total nos Estados Unidos de hoje seja mais elevado (por indivíduo da força de trabalho empregada) do que o rendimento de épocas passadas ou do que o de países economicamente atrasados — como, por exemplo, a China — é o fato de o trabalhador norteamericano contemporâneo estar apoiado por uma quantidade maior e melhor de ferramentas. Se os bens de capital (por operário) não fossem mais abundantes do que eram há trezentos anos ou do que são hoje na China, o rendimento (por operário) não seria mais elevado. O que é preciso para elevar, na ausência de aumento do número de operários empregados, a quantidade total do rendimento industrial da América é o investimento de capital adicional que só pode ser acumulado através de nova poupança. A multiplicação da produtividade da força de trabalho total é devida ao crédito que se der à poupança e ao investimento.

dução e do trabalho às mudanças que ocorrem na demanda e na oferta; dependem somente do volume dos desajustes anteriores e da dificuldade de sua remoção. São transitórios e desaparecem no momento em que o desajuste tenha sido inteiramente removido. Entretanto, como alterações na demanda e oferta ocorrem a cada vez, também, a cada vez, surgem novas fontes de lucro.

O que eleva os níveis de salário e concede aos assalariados uma parte sempre crescente do rendimento que foi aumentado pela acumulação de capital adicional é o fato de a taxa da acumulação de capital exceder a taxa do aumento populacional. A doutrina oficial não se refere a esse fato ou o nega enfaticamente. Mas as políticas dos sindicatos mostram claramente que seus líderes estão bem conscientes da exatidão dessa teoria que, publicamente, atacam como uma tola defesa burguesa. Estão ansiosos por restringir o número dos que procuram emprego em todo o país através de leis anti-imigratórias e, em cada segmento do mercado de trabalho, através da prevenção do afluxo de recém-chegados.

Fica claramente demonstrado que o aumento das taxas de salário não depende da “produtividade” individual do operário mas sim da produtividade marginal de trabalho, uma vez que as taxas de salário também se elevam nos casos em que a “produtividade” do indivíduo não sofre qualquer alteração. Existem muitos empregos em que isso acontece. Um barbeiro faz hoje a barba do freguês da mesma maneira como seus antecessores o faziam há duzentos anos. Um mordomo serve à mesa do primeiro-ministro britânico da mesma forma como os antigos mordomos serviam a Pitt e Palmerston. Na agricultura, alguns tipos de trabalho ainda são executados com as mesmas ferramentas e da mesma maneira como se fazia séculos atrás. Mesmo assim, os salários percebidos por todos esses trabalhadores são hoje muito mais elevados do que antigamente. São mais elevados porque são determinados pela produtividade marginal de trabalho. O empregador de um mordomo impede que ele se empregue numa fábrica e deve, por isso, pagar o equivalente ao aumento no rendimento que a utilização adicional de um operário numa fábrica iria proporcionar. Não são os méritos do mordomo que causam esse aumento no salário, mas o fato de que o aumento *no* capital investido ultrapassa o aumento no número de operários.

Todas as doutrinas pseudo-econômicas que depreciam o papel da poupança e da acumulação de capital são absurdas. O que constitui a maior riqueza de uma sociedade capitalista em comparação com a menor riqueza de uma sociedade não capitalista é o fato de a oferta disponível de bens de capital ser maior na primeira do que na segunda. O que melhorou o padrão de vida dos assalariados é o fato de que os bens de capital por operário desejoso por receber salário cresceram. Como consequência deste fato, uma quantidade cada vez maior do total dos bens utilizáveis produzidos vai para os assalariados. Nenhuma das inflamadas críticas de Marx, Keynes e

muitos outros autores menos expressivos conseguiu descobrir um ponto fraco na declaração de que existe apenas uma forma de se elevar a taxa do salário permanentemente e em benefício de todos os operários ansiosos por receber salário — ou seja, acelerar o aumento do capital disponível em relação à população. Se isto for “injusto”, então a culpa será da natureza e não do homem.

4

O “PRECONCEITO BURGUEZ” DE LIBERDADE

A história da civilização ocidental é o registro de uma incessante luta pela liberdade.

A cooperação social sob a divisão do trabalho é a definitiva e única fonte do sucesso do homem em sua luta pela sobrevivência e em seus esforços para melhorar o quanto possível as condições materiais de seu bem-estar. Mas, sendo como é a natureza humana, a sociedade não pode existir se não houver meios de evitar que pessoas obstinadas ajam de maneira incompatível com a vida em comunidade. A fim de preservar a colaboração pacífica, as pessoas devem estar prontas para lançar mão da repressão violenta contra os que perturbam a paz. A sociedade não pode funcionar sem um dispositivo social de coerção e de pressão, isto é, sem o estado e o governo. Dai, surge um novo problema: coibir os homens investidos das funções governamentais a fim de que não abusem de seus poderes e transformem todas as outras pessoas em virtuais escravos. O objetivo de todas as lutas pela liberdade é o de moderar os defensores armados da paz, os governantes e seus policiais. O conceito político de liberdade individual é: liberdade contra a ação arbitrária do poder policial.

A ideia de liberdade é e sempre foi peculiar ao ocidente. O que separa o oriente do ocidente é antes de tudo o fato de que os povos do oriente nunca conceberam a ideia de liberdade. A glória imortal dos antigos gregos era de que eles foram os primeiros a compreender o sentido e o significado das instituições que garantiam a liberdade. Recente pesquisa histórica investigou a origem de alguns dos feitos científicos que, antes, tinham sido creditados aos gregos e que, agora, são dados como de origem oriental. Mas ninguém jamais contestou que a ideia de liberdade originou-se nas cidades da antiga Grécia. As obras dos filósofos e historiadores gregos a transmitiram aos romanos e mais tarde para a Europa moderna e para a América. Transformou-se na principal preocupação de todos os planos ocidentais para o estabelecimento da boa sociedade. Deu origem à

filosofia do *laissez-faire* à qual a humanidade deve todos os empreendimentos inéditos da era do capitalismo.

O objetivo de todas as modernas instituições políticas e jurídicas é o de salvaguardar a liberdade do indivíduo contra intromissões da parte do governo. O governo representativo e a regra da lei, a independência das cortes e tribunais em relação à interferência por parte dos órgãos administrativos, o *habeas corpus*, o exame judicial e a reforma dos atos da administração, a liberdade de palavra e de imprensa, a separação entre estado e Igreja, e muitas outras instituições, visam apenas a um objetivo: conter o arbítrio dos funcionários públicos e garantir aos indivíduos a liberdade para enfrentar o seu despotismo. A era do capitalismo aboliu todos os vestígios da escravidão e da servidão. Pôs fim às punições cruéis e reduziu as penas pelos crimes cometidos a um mínimo indispensável para desencorajar os transgressores. Suprimiu a tortura e outros métodos censuráveis de tratar suspeitos e infratores. Anulou todos os privilégios e promulgou a igualdade de todos os homens perante a lei. Transformou as vítimas da tirania em cidadãos livres.

Os progressos materiais foram o fruto dessas reformas e inovações na conduta dos assuntos governamentais. Como todos os privilégios desapareceram e foi garantido a cada um o direito de desafiar os interesses encobertos de todas as outras pessoas, foi dada carta branca aqueles que tiveram a capacidade de desenvolver todas as novas indústrias que hoje tornam mais satisfatórias as condições materiais do povo. Houve um enorme aumento populacional mas ainda assim a população aumentada pode desfrutar de uma vida melhor do que a de seus ancestrais.

Também nos países de civilização ocidental sempre houve quem defendesse a tirania — por um lado, a absoluta lei arbitrária de um soberano ou de uma aristocracia e, por outro, a submissão de todas as demais pessoas. Mas na era do Iluminismo, essas vozes se tornaram cada vez mais fracas. A causa da liberdade prevaleceu. No início do século XIX, o vitorioso avanço do princípio da liberdade parecia irresistível. Os mais eminentes filósofos e historiadores tinham a convicção de que a evolução histórica caminhava para o estabelecimento das instituições que garantiam a liberdade e de que nenhuma cilada ou trama por parte dos campeões do servilismo poderia deter a tendência ao liberalismo,

Ao tratar da filosofia social liberal, há uma tendência a se menosprezar a eficácia de um importante fator que favoreceu a ideia de liberdade, isto é, o notável papel atribuído à literatura da Grécia antiga na educação da elite. Havia também, entre os autores gregos, campeões da onipotência do governo, tais como Platão. Mas o conteúdo

essencial da ideologia grega era a busca da liberdade. A julgar pelos padrões das instituições modernas, as cidades-estado gregas devem ser chamadas de oligarquias. A liberdade, exaltada pelos políticos, filósofos e historiadores gregos como sendo o mais precioso bem do homem, era privilégio reservado a uma minoria. Ao negá-la aos metecos e aos escravos, eles virtualmente defendiam a despótica regra de uma casta hereditária de oligarcas. Mesmo assim, seria erro grave acusar de falsos seus hinos à liberdade. Não eram menos sinceros em sua exaltação e busca da liberdade do que o seriam, dois mil anos mais tarde, os donos de escravos entre os signatários da Proclamação da Independência norte-americana. Foi a literatura política dos antigos gregos que deu origem às ideias dos monarcômacos, à filosofia dos Whigs, às doutrinas de Althusius, Grotius e John Locke, bem como à ideologia dos pais das modernas constituições e declarações de direitos. Foram os estudos clássicos, os aspectos essenciais da educação liberal, que mantiveram vivo o espírito da liberdade na Inglaterra dos Stuarts, na França dos Bourbons e na Itália sujeita ao despotismo de uma galáxia de príncipes. Alguém como Bismarck, que dentre os políticos do século XIX próximos a Metternich foi o principal inimigo da liberdade, testemunhou o fato de que até mesmo na Prússia de Frederico Guilherme III, o *Gymnasium*, a educação baseada na literatura grega e romana, era um baluarte do republicanismo. Os inflamados esforços para eliminar os estudos clássicos do currículo da educação liberal e, assim, praticamente destruir o que era sua característica específica foram uma das maiores manifestações do renascimento da ideologia servil. É verdade que há cem anos apenas poucos previam o impacto dominante que as ideias antilibertárias estavam fadadas a adquirir em curto espaço de tempo. O ideal de liberdade parecia estar tão firmemente arraigado que todos acreditavam que nenhum movimento reacionário jamais conseguiria destruí-lo. De fato, teria sido loucura atacar a liberdade abertamente e defender francamente a volta à submissão e à escravidão. Mas o antiliberalismo tomou conta das mentes das pessoas camuflado como superliberalismo, como realização e consumação das verdadeiras ideias de autonomia e liberdade. Veio disfarçado como socialismo, comunismo, planejamento.

Nenhuma pessoa inteligente deixaria de perceber que o que socialistas, comunistas e planejadores almejavam era a mais radical abolição da liberdade dos indivíduos e a instalação da onipotência do governo. Não obstante, a grande maioria dos intelectuais socialistas estava convencida de que, ao lutar pelo socialismo, lutava pela

⁴ Cf. Bismarck, *Gedanken und Erinnerungen*, New York, 1898, vol. I, p. I.

liberdade. Eles se denominaram ala esquerda e democratas e, hoje em dia, reivindicam até o adjetivo “liberal”.

Já tratamos aqui dos fatores psicológicos que prejudicaram o raciocínio desses intelectuais e das massas que os seguiram. Tinham no subconsciente a noção exata de que o insucesso em atingir os desmesurados objetivos para os quais os impelia sua ambição era devido apenas às suas próprias deficiências. Sabiam muito bem que não eram suficientemente brilhantes ou diligentes. Mas lutaram para esconder sua inferioridade aos próprios olhos e aos de seus semelhantes e para achar um bode expiatório. Procuraram desculpas e tentaram convencer outras pessoas de que o motivo de sua falha não estava na própria inferioridade, mas sim na injustiça da organização econômica da sociedade. Declararam que, sob o capitalismo, a autorrealização somente é possível para uns poucos. “A liberdade numa sociedade *laissez-faire* só é atingida por quem possui riqueza ou a oportunidade de obtê-la.”⁵ Daí, concluíram, o estado deve interferir a fim de efetuar a “justiça social” — o que realmente queriam dizer era: a fim de presentear a mediocridade frustrada “de acordo com as suas necessidades”.

Enquanto os problemas do socialismo não passavam de debates, as pessoas com menos raciocínio e compreensão poderiam ser vítimas da ilusão de que a liberdade pudesse ser preservada sob um regime socialista. Engano que não pode mais ser mantido, desde que a experiência soviética mostrou a todos quais são as condições numa comunidade socialista.

Hoje em dia, os defensores do socialismo são forçados a distorcer os fatos e a deturpar o verdadeiro significado das palavras quando pretendem fazer com que as pessoas acreditem na compatibilidade do socialismo com a liberdade.

O falecido professor Laski — em vida, eminente membro e presidente do Partido Trabalhista Britânico, um não comunista *sui generis* ou até anticomunista — nos revelou: “não tenho a menor dúvida de que na Rússia soviética o comunista tem um senso total de liberdade; sem dúvida também ele possui uma viva compreensão de que a liberdade lhe é negada na Itália fascista”.⁶ A verdade é que o russo tem a liberdade de obedecer a todas as ordens emitidas por seus superiores. Mas, tão logo ele se desvie um milímetro do

⁵ Cf. M. Laski, no verbete “Liberty” da *Encyclopaedia of the Social Sciences*, IX, p. 443.

⁶ Cf. Laski, I. c, pp. 445-446.

jeito de pensar estabelecido pelas autoridades, será impiedosamente liquidado. Todos os políticos, funcionários, autores, músicos e cientistas que foram “purgados” não eram — por certo — anticomunistas. Eram, pelo contrário, comunistas fanáticos, membros bem situados do partido, que tinham sido promovidos a posições elevadas pelas autoridades supremas, por sua reconhecida lealdade à doutrina soviética. O único erro que cometeram foi o de não adaptarem rapidamente suas ideias, políticas, livros ou composições às últimas mudanças de ideias ou de gostos de Stalin. É difícil acreditar que essas pessoas tivessem um “senso total de liberdade”, sem atribuir à palavra *liberdade* um sentido exatamente oposto àquele que todos sempre lhe deram.

A Itália fascista era um país onde certamente não existia a liberdade. Ela havia adotado o conhecido modelo soviético do “princípio do partido único” e, conseqüentemente, suprimido todas as ideias dissidentes. Contudo, houve ainda uma enorme diferença entre a aplicação deste princípio por parte dos bolchevistas e dos fascistas. Na Itália fascista, por exemplo, viveu um antigo membro do grupo parlamentar de deputados comunistas, o professor Antônio Grazia-dei, que permaneceu leal até a morte aos seus princípios comunistas. Ele recebia uma pensão do governo, à qual tinha direito na qualidade de professor emérito, e tinha liberdade para escrever e publicar, pelos mais eminentes editores italianos, livros que eram da ortodoxia marxista. Sua falta de liberdade era com certeza menos rígida do que a dos comunistas russos que, como o professor Laski preferiu afirmar, “sem dúvida” tem “um senso total de liberdade”.

O professor Laski gostava de repetir a verdade trivial de que a liberdade, na prática, sempre significa liberdade dentro da lei. Dizia que a lei sempre visa “ao controle da segurança sobre um modo de vida que é considerado satisfatório por aqueles que dominam a máquina do governo”.⁷ Esta é a correta descrição das leis de um país livre, caso signifique que a lei visa a proteger a sociedade contra os planos de conspiração para deflagrar a guerra civil e para derrubar o governo pela violência. Mas é um grave engano quando o professor Laski acrescenta que, na sociedade capitalista, “um esforço da parte dos pobres para alterar de forma radical os direitos de propriedade dos ricos coloca de imediato todo o esquema das liberdades em perigo”.⁸

Tomemos o exemplo do grande ídolo do professor Laski e de todos os seus amigos, Karl Marx. Quando em 1848 e 1849 ele tomou

⁷ Cf. Laski, I. c., pp. 446.

⁸ Cf. Laski, I. c., p. 446.

parte ativa na organização e conduta da revolução, primeiro na Prússia e mais tarde em outros estados alemães, ele foi — por ser legalmente um estrangeiro — banido e enviado, juntamente com a esposa, os filhos e a criada, primeiro para Paris e depois para Londres.⁹ Mais tarde, quando a paz foi restabelecida e os instigadores da fracassada revolução foram anistiados, ele ficou livre para retornar a qualquer parte da Alemanha e várias vezes aproveitou-se dessa oportunidade. Não era mais um exilado e decidiu por vontade própria domiciliar-se em Londres.¹⁰ Ninguém o molestou quando fundou, em 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores, uma organização cujo único propósito explícito era promover a grande revolução mundial. Também não foi impedido quando, em nome dessa associação, visitou vários países europeus. Tinha a liberdade de escrever e publicar livros e artigos que, utilizando as palavras do professor Laski, eram certamente um esforço “para alterar de forma radical os direitos de propriedade dos ricos”. Morreu tranquilamente na sua residência em Londres, na Maitland Park Road, 41, a 14 de março de 1883.

Ou, ainda, o exemplo do Partido Trabalhista Britânico. Seu esforço “para alterar de forma radical os direitos de propriedade dos ricos” não foi, como muito bem sabia o professor Laski, obstruído por qualquer atividade incompatível com o princípio da liberdade.

Marx, o dissidente, pôde viver, escrever e defender a revolução, à vontade, na Inglaterra vitoriana, assim como o Partido Trabalhista pôde engajar-se em todas as atividades políticas, à vontade, na Inglaterra pós-vitoriana. Na Rússia soviética, não se tolera a menor oposição. Esta é a diferença entre liberdade e escravidão.

5

A LIBERDADE E A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Quem critica o conceito legal e constitucional de liberdade e as instituições planejadas para a sua realização prática está certo quando afirma que a liberdade da ação arbitrária por parte dos funcionários públicos não é por si só suficiente para tornar livre o indivíduo. Mas

⁹ A respeito das atividades de Marx nos anos 1848 e 1849, ver: *Karl Marx, Chronik seines Lebens in Einzel-daten*, publicado pelo Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou, 1934, pp. 43-81.

¹⁰ Em 1845, Marx renunciou *voluntariamente* e por sua iniciativa à cidadania prussiana. Quando mais tarde, a partir de 1860, pensou fazer carreira política na Prússia, o governo recusou seu pedido para recuperar a cidadania. Assim, a carreira política fechou-se para ele. Talvez esse fato o tenha levado a permanecerem Londres.

ao enfatizar esta incontestável verdade estão forçando portas abertas. Nenhum defensor da liberdade jamais afirmou que restringir a arbitrariedade dos dirigentes do funcionalismo é suficiente para tornar os cidadãos livres. O que garante aos indivíduos toda a liberdade compatível com a vida em sociedade é a atividade da economia de mercado. As constituições e as declarações de direitos não criam a liberdade. Elas simplesmente protegem a liberdade que o sistema econômico de competição garante aos indivíduos contra as intromissões da força policial.

Na economia de mercado, as pessoas têm oportunidade de lutar pela posição que desejam alcançar na estrutura da divisão social do trabalho. Têm a liberdade de escolher a profissão com a qual pretendem servir seus semelhantes. Na economia planejada, elas não têm esse direito. Neste caso, as autoridades determinam a função de cada um. A vontade de um superior promove a pessoa a uma posição melhor ou lhe nega essa promoção. O indivíduo depende inteiramente das boas graças dos que estão no poder. Sob o capitalismo, no entanto, todos tem a liberdade de desafiar os interesses velados dos demais. Se alguém acha que tem a habilidade de atender ao público melhor ou mais barato do que os outros, poderá tentar demonstrar sua eficiência. A falta de recursos não irá frustrar seus planos. Porque os capitalistas estão sempre à procura de pessoas que se disponham a utilizar as reservas monetárias deles da maneira mais lucrativa possível. O sucesso das atividades comerciais de uma pessoa depende exclusivamente da conduta dos consumidores que adquirem aquilo que mais lhes satisfaz.

Também o assalariado não depende da arbitrariedade do empregador. O empresário que deixa de contratar os operários mais qualificados para executar um trabalho e que não lhes paga o necessário para evitar que procurem outro emprego é punido pela diminuição de sua renda líquida. O empregador não está fazendo um favor aos seus empregados. Ele os contrata como um meio indispensável ao sucesso de seus negócios, da mesma forma pela qual adquire matéria-prima e equipamento industrial. O operário tem a liberdade de procurar o emprego que lhe for mais adequado.

O processo de seleção social que determina a posição e o rendimento de cada indivíduo está sempre evoluindo na economia de mercado. Grandes fortunas vão diminuindo e por último desaparecem totalmente enquanto outras pessoas, nascidas na pobreza, chegam a eminentes posições e a consideráveis rendimentos. Quando não existem privilégios e quando os governos não dão proteção a interesses velados ameaçados pela eficiência superior dos recém-chegados, os

que adquiriram fortuna no passado são forçados a lutar para mantê-la dia a dia na competição com os demais.

Dentro da estrutura de cooperação social sob a divisão do trabalho, cada um depende do reconhecimento de seus serviços por parte do público comprador do qual ele mesmo faz parte. Todos, ao comprar ou ao deixar de comprar, são membros da suprema corte que atribui a todas as pessoas — e portanto também a si — um lugar definido na sociedade. Todos são úteis no processo que concede a alguns maior renda e a outros, menor. Todos têm liberdade para oferecer uma contribuição que seu semelhante está preparado para recompensar pela atribuição de um rendimento mais elevado. Sob o capitalismo, liberdade significa: não depender da vontade de alguém mais do que alguém possa depender da sua. Nenhuma outra liberdade é concebível quando a produção é executada sob a divisão do trabalho, e não existe perfeita autonomia econômica de todos.

Não é necessário enfatizar que o principal argumento em favor do capitalismo e contra o socialismo não é o fato de que o socialismo deva necessariamente eliminar qualquer vestígio de liberdade e converter todos em escravos dos que detêm o poder. O socialismo é impraticável enquanto sistema econômico porque uma sociedade socialista não teria qualquer possibilidade de recorrer ao cálculo econômico. Este é o motivo pelo qual não pode ser considerado como um sistema de organização econômica da sociedade. É uma forma de desintegrar a cooperação social e de gerar pobreza e caos.

Ao tratar da questão da liberdade, o indivíduo não se refere ao problema econômico essencial do antagonismo entre capitalismo e socialismo. Prefere destacar que o homem ocidental, ao contrário dos asiáticos, é um ser totalmente ajustado à vida em liberdade e foi criado para viver em liberdade. As civilizações da China, Japão, Índia e dos países muçulmanos do oriente próximo não podem ser consideradas incultas pelo simples fato de, tendo existido muito antes, não terem tido contato com as formas de vida ocidental. Esses povos, há muitas centenas ou até mesmo milhares de anos, realizaram feitos maravilhosos nas artes industriais, na arquitetura, na literatura, na filosofia e no progresso das instituições educacionais. Fundaram e organizaram poderosos impérios. Porém, mais tarde, seus esforços diminuíram, suas culturas tornaram-se entorpecidas e inertes, e eles perderam a capacidade de lidar adequadamente com problemas econômicos. Seus intelectuais e artistas desapareceram. Seus artistas e autores copiaram cegamente modelos tradicionais. Seus teólogos, filósofos e advogados entregaram-se a invariáveis exposições de trabalhos antigos. Os monumentos erigidos por seus ancestrais desmoronaram. Seus impérios

ruíram. Seu povo perdeu o vigor e a energia e tornou-se apático diante da decadência e do empobrecimento progressivos.

As antigas obras da filosofia e da poesia oriental podem comparar-se às mais valiosas obras do ocidente. Mas durante muitos séculos o oriente não produziu nenhum livro importante. A história intelectual e literária da época moderna não registra o nome de um autor oriental. O oriente deixou de contribuir para o esforço intelectual da humanidade. Os problemas e as controvérsias que agitaram o ocidente permaneceram desconhecidos do oriente. Na Europa, havia excitação; no oriente, estagnação, indolência e indiferença.

O motivo é óbvio. Faltava ao oriente a coisa principal, a ideia de liberdade do estado. O oriente jamais desfraldou o estandarte da liberdade e nunca tentou enfatizar os direitos do indivíduo contra o poder dos legisladores. Nunca levantou a questão da arbitrariedade dos tiranos. Consequentemente, nunca constituiu a estrutura legal que protegeria a riqueza particular do cidadão em relação ao confisco por parte dos déspotas. Ao invés disso, iludidos pela ideia de que a fortuna dos ricos é o motivo da miséria dos pobres, todos aprovaram as atitudes dos governantes que desapropriaram os homens de negócios bem-sucedidos. Isso impediu a acumulação de capital em larga escala e as nações deixaram de desfrutar dos progressos que exigem considerável investimento de capital. Nenhuma “burguesia” pôde se desenvolver e, consequentemente, não houve público para encorajar e patrocinar autores, artistas e inventores. Aos jovens, todas as oportunidades de se destacarem pessoalmente estavam confinadas, exceto uma. Podiam fazer carreira servindo aos príncipes. A sociedade ocidental era uma comunidade de indivíduos que podiam lutar pelos maiores prêmios. A sociedade oriental era um aglomerado de vassalos totalmente dependentes das boas graças dos soberanos. A juventude alerta do ocidente encara o mundo como um campo de ação no qual pode ganhar fama, destaque, reputação e riqueza; nada parece difícil para a sua ambição. A humilde prole dos pais orientais só sabe seguir a rotina de seu meio ambiente. A nobre autoconfiança do homem ocidental encontrou uma expressão triunfante nos ditirambos tais como o hino de Antígona na tragédia de Sófocles a respeito do homem e de seu espírito de aventura e como a *Nona Sinfonia* de Beethoven. Nunca se ouviu nada semelhante no oriente.

Será possível que os descendentes dos construtores da civilização do homem branco devam renunciar à sua liberdade e voluntariamente entregar-se à suserania de um governo onipotente? Que devam procurar a alegria num sistema no qual sua única tarefa será a de servir como uma peça a mais numa grande máquina projetada e manipulada por um planejador todo-poderoso? Devem as mentalidades

das civilizações reprimidas destruir os ideais pelos quais milhares e milhares de seus antepassados sacrificaram a vida?

Ruere in servitium, eles mergulharam na escravidão, observou tristemente Tácito ao falar dos romanos da época de Tibério.

“ANTICOMUNISMO” *VERSUS* CAPITALISMO

Nunca e em lugar algum do universo existe estabilidade e imobilidade. Mudança e transformação são características essenciais da vida. Cada estado de coisas é passageiro; cada época é uma época de transição. Na vida humana nunca há calma e repouso. A vida é um processo e não a permanência no *status quo*. Ainda assim, a mente humana tem sempre a ilusão de uma existência imutável. O objetivo declarado de todos os movimentos utópicos é o de dar fim à história e de estabelecer uma calma final e permanente.

Os motivos psicológicos desta tendência são óbvios. Cada mudança altera as condições externas de vida e de bem-estar e força as pessoas a se ajustarem de novo às modificações de seu meio. Ela atinge interesses velados e ameaça as formas tradicionais de produção e consumo. Atrapalha todos os que são intelectualmente inertes e faz com que revejam sua maneira de pensar. O conservadorismo é contrário à própria natureza da ação humana. Mas sempre foi o programa acalentado pela maioria, pelos inertes, que obstinadamente resistem a todas as tentativas de melhorar suas próprias condições, melhora essa que a minoria dos ativos iniciou. Ao empregar o termo *reacionário*, quase sempre faz-se referência apenas aos aristocratas e sacerdotes que chamavam seus partidos de conservadores. Mas os melhores exemplos do espírito reacionário foram dados por outros grupos: pelas corporações de artesãos que impediam o acesso à sua especialidade aos recém-chegados; pelos fazendeiros que exigiam proteção tarifária, subsídios e “equiparação de preços”; pelos assalariados hostis ao progresso tecnológico e que instigavam o sindicato a forçar o empregador a contratar mais operários do que o necessário para um determinado serviço, e outras práticas similares.

A inútil arrogância dos escritores e dos artistas boêmios considera as atividades dos homens de negócios como pouco intelectuais e enriquecedoras. A verdade é que os empresários e os organizadores de empresas comerciais demonstram maior capacidade intelectual e intuitiva do que o escritor e o pintor médio. A inferioridade de muitos intelectuais se manifesta exatamente no fato de eles não reconhecerem o quanto de capacidade e raciocínio é necessário para desenvolver e fazer funcionar com sucesso uma empresa comercial.

O surgimento de uma classe numerosa desses frívolos intelectuais é um dos fenômenos menos desejáveis da era do capitalismo moderno. Sua atividade importuna impede a discriminação das pessoas. São uma praga. Seria desejável que algo fosse feito para refrear sua confusão ou, melhor ainda, eliminar totalmente suas rodas e grupos sociais.

A liberdade é, porém, indivisível. Qualquer tentativa de restrição da liberdade dos importunos e decadentes literatos e pseudo-artistas iria investir as autoridades do poder de determinar o que é bom e o que é mau. Iria socializar o esforço intelectual e artístico. Talvez não excluísse as pessoas inúteis e discutíveis; mas é certo que iria colocar obstáculos insuperáveis no caminho dos gênios criativos. Os poderes vigentes não gostam de novas ideias, de novas maneiras de pensar e de novos estilos de arte. Opõem-se a qualquer tipo de inovação. Sua supremacia resultaria numa absoluta arregimentação; provocaria estagnação e decadência.

A corrupção moral, a licenciosidade e a esterilidade intelectual de uma classe de pretensos autores e artistas é o preço que a humanidade deve pagar a fim de que pioneiros inventivos não sejam impedidos de concluir seus trabalhos. A liberdade deve ser garantida a todos, até mesmo aos mais humildes, a fim de que os poucos que podem utilizá-la em benefício da humanidade não sejam impedidos. A liberdade de ação que tinham os miseráveis personagens do *Quartier Latin* foi um dos motivos que tornou possível o surgimento de alguns grandes escritores, pintores e escultores. A primeira coisa de que um gênio necessita é de respirar ar puro.

Afinal não são as frívolas doutrinas dos boêmios que causam o desastre, mas sim o fato de o público estar pronto a aceitá-las favoravelmente. O mal está na reação a essas pseudofilosofias por parte dos modeladores da opinião pública e, em seguida, por parte das massas mal-orientadas. As pessoas apressam-se a apoiar as doutrinas que consideram como modernas a fim de não serem consideradas ultrapassadas e retrógradas.

A ideologia mais perniciosa dos últimos sessenta anos foi o sindicalismo de George Sorel e seu entusiasmo pela *action directe*. Gerada por um frustrado intelectual francês, logo cativou os literatos de todos os países europeus. Foi fator de grande importância na radicalização de todos os movimentos subversivos. Influenciou o monarquismo francês, o militarismo e o antissemitismo. Desempenhou um papel importante na evolução do bolchevismo russo, do fascismo italiano, bem como no movimento alemão de jovens que finalmente resultou

no nazismo. Transformou partidos políticos desejosos de vencer através de campanhas eleitorais em facções que acreditavam na organização de grupos armados. Conduziu ao descrédito o governo representativo e a “segurança burguesa”, e preconizou tanto a guerra civil como a guerra com outros países. Seu principal *slogan* era: violência e mais violência. O atual estado de coisas na Europa é em grande parte resultado da influência dos ensinamentos de Sorel.

Os intelectuais foram os primeiros a aclamar as ideias de Sorel; eles as tornaram populares. Porém, o teor do sorelismo era obviamente anti-intelectual. Era o oposto do raciocínio ponderado e da discussão sensata. O que conta para Sorel é exclusivamente a ação, ou seja, o ato de violência por amor à violência. Lutar por um mito, fosse qual fosse o seu sentido, era seu lema. “Se você se situa no campo dos mitos, ficará a salvo de qualquer tipo de contestação crítica.” Que filosofia maravilhosa, destruir por amor à destruição! Não fale, não pense, mate! Sorel despreza o “esforço intelectual” até mesmo dos campeões literários da revolução. O objetivo essencial do mito é “preparar as pessoas para lutarem pela destruição do que existe”.

Não obstante, a culpa pela propagação da pseudofilosofia destruidora não cabe nem a Sorel nem a seus discípulos Lenin, Mussolini e Rosenberg, nem aos bandos de literatos e artistas irresponsáveis. O desastre teve origem porque, por muitas décadas, quase ninguém se aventurou a examinar criticamente ou a acionar a consciência dos bandidos fanáticos. Até os autores que se abstiveram de endossar francamente as ideias da violência temerária estavam ansiosos por encontrar uma interpretação simpática para os piores excessos dos ditadores. As primeiras objeções tímidas só apareceram quando — na verdade, muito tarde — os cúmplices intelectuais dessas políticas começaram a perceber que nem mesmo o apoio entusiasta à ideologia totalitária os eximia da tortura e da morte.

Existe hoje uma falsa frente anticomunista. O que as pessoas — que se denominam “liberais anticomunistas” e que mais corretamente são chamadas de “anti-anticomunistas” pelas pessoas sensatas — estão desejando é o comunismo sem as características inerentes e necessárias ao comunismo, que ainda são insuportáveis para os norte-americanos. Elas fazem uma distinção ilusória entre comunismo e socialismo e — bem paradoxalmente — procuram reforçar sua escolha de socialismo não comunista com base no documento que seu

¹ Cf. O. Sorel, *Reflexions sur la violence*, 3 ed., Paris, 1912, p. 49.

² Cf. Sorel, I. c. p. 46.

autor chamou *Manifesto Comunista*. Julgam terem autenticado sua afirmação ao apelidarem o socialismo de planejamento ou de estado previdenciário. Fingem rejeitar as aspirações revolucionárias e ditatoriais dos “vermelhos” e, ao mesmo tempo, enaltecem em livros e revistas, escolas e universidades, Karl Marx, o líder da revolução comunista e da ditadura do proletariado, como um dos maiores economistas, filósofos e sociólogos, como eminente benfeitor e libertador da humanidade. Querem levar-nos a crer que o totalitarismo não totalitário, uma espécie de quadrado triangular, é o remédio reconhecido para todas as doenças. Sempre que levantam uma leve objeção ao comunismo, são levadas a insultar o capitalismo, usando termos tirados do injuriante vocabulário de Marx e de Lenin. Elas insistem em abominar o capitalismo de forma muito mais veemente do que o comunismo e justificam todos os atos indecentes dos comunistas com base nos horrores indescritíveis do capitalismo. Em resumo: Fingem lutar contra o comunismo ao tentarem converter as pessoas às ideias do *Manifesto Comunista*.

Tais “liberais anticomunistas” não lutam contra o comunismo em si, mas contra um sistema comunista no qual eles não são responsáveis. Estão à procura de um sistema socialista, isto é, comunista, no qual eles mesmos ou os seus amigos mais próximos detenham as rédeas do governo. Talvez seja exagero dizer que estão ardendo de vontade de liquidar outras pessoas. Simplesmente desejam não ser liquidadas. Numa comunidade socialista, apenas o chefe supremo e seus cúmplices têm essa segurança.

Um movimento “antiquaquer-coisa” demonstra uma atitude puramente negativa. Não tem a menor chance de sucesso. Suas críticas acerbas virtualmente promovem o programa que atacam. As pessoas devem lutar por algo que desejam realizar e não simplesmente evitar um mal, por pior que seja. Devem, sem quaisquer restrições, apoiar o programa da economia de mercado.

O comunismo teria hoje, após a desilusão causada pelas façanhas dos soviéticos e das lamentáveis falhas de todas as experiências socialistas, pouquíssimas chances de êxito no ocidente, não fosse esse anticomunismo falsificado.

A única coisa que pode impedir as nações civilizadas da Europa Ocidental, da América e da Austrália de serem escravizadas pelo barbarismo de Moscou é o amplo e irrestrito apoio ao capitalismo *laissez-faire*.

Ludwig von Mises

BETTINA BIEN GREAVES

Ludwig von Mises nasceu em 29 de setembro de 1881, na cidade austro-húngara de Lemberg (hoje Lvov, na Ucrânia russa). Seu pai era engenheiro civil, funcionário das estradas de ferro nacionalizadas.

A carreira de Ludwig von Mises divide-se cronologicamente em três partes. O primeiro período foi o de antes e durante a Primeira Guerra Mundial, quando ainda jovem terminou o doutorado (1906), iniciou sua carreira e serviu o exército de seu país.

A seguir vieram os anos entre as duas guerras na Europa, quando trabalhou como consultor econômico do governo austríaco, escreveu muitos livros, lecionou na Universidade de Viena, no Instituto Graduação de Estudos Internacionais em Genebra (Suíça), dirigiu seu próprio curso particular, fundou e administrou um instituto para pesquisa do processo empresarial e participou ativamente em conferências internacionais sobre economia, na condição de valente defensor do mercado livre e da moeda forte.

O terceiro período foi aquele em que veio para os Estados Unidos. A invasão da Áustria, pátria de Mises, por Hitler contribuiu para essa importante decisão. Em resumo, em 1940 o professor Mises iniciou vida nova na América como refugiado da guerra europeia.

Com quase 60 anos, em terra estranha, Mises começou a desenvolver seu trabalho numa segunda língua, e seu público aumentou consideravelmente quando o autor passou a escrever e a fazer conferências em inglês. Aos 64 anos, deu início a uma nova carreira na New York University Graduate School of Business Administration, carreira que prosseguiu até os 88 anos.

Seis de seus principais trabalhos foram escritos em inglês e publicados no país que o adotou quando já havia completado seu 60º aniversário — *Bureaucracy, Omnipotent Government, Ação Humana, A Mentalidade Anticapitalista, Theory and History* e *The Ultimate Foundation of Economic Science*. Ao todo, Mises escreveu 15 livros ou boas monografias e mais de 200 artigos.³ Lecionou e fez conferências em treze países. Através de novas edições e de traduções em doze línguas, suas obras encontram-se à disposição de um número crescente de novos leitores.

³ Nota da Edição Americana de 1978: Este artigo foi escrito antes da morte de Ludwig von Mises, que ocorreu em 10 de outubro de 1973, na cidade de Nova York. Para atualizá-lo, convém modificar o que vem dito na p. 81: “Ao todo, Mises escreveu 25 livros ou boas monografias e mais de 250 artigos.”

Por muitos anos, Mises foi o principal porta-voz da Escola Austríaca da teoria econômica. Representantes dessa Escola foram os primeiros a descrever e a reconhecer o pleno significado da utilidade marginal, a teoria do valor subjetivo. Em rápido resumo, essa teoria investiga todas as atividades econômicas relacionadas aos valores subjetivos (pessoais) de indivíduos atuantes. Explica os complexos processos de mercado, que resultam na produção de mercadorias e serviços.

A interpretação do fenômeno de mercado como produto de julgamentos de valor pessoais foi apresentada pela primeira vez há cem anos (1871) pelo “fundador” da Escola Austríaca, Carl Menger. Era então uma doutrina revolucionária pois tornou obsoletos os ensinamentos da Escola Clássica e demoliu as bases do socialismo marxista.

A utilidade marginal, teoria do valor subjetivo, que Menger esboçou, foi a chave para a compreensão de todos os fenômenos do valor. Essa teoria do valor conduz, por exemplo, ao conceito de soberania do consumidor, à tese de que os consumidores dirigem a produção do mercado. Suas compras ou recusas de compra dão aos produtores as informações que os ajudam a planejar sua produção futura, de modo a suprir os consumidores com as várias coisas de que mais necessitam, de acordo com sua vontade e possibilidade de pagar.

Mises era 40 anos mais novo do que Menger mas chegou a conhecê-lo pessoalmente, bem como através de seus trabalhos. Mises se identificou muito com o mais conhecido sucessor austríaco de Menger, Eugen von Böhm-Bawerk. Depois de ter-se aposentado do cargo de ministro das Finanças (1904), Böhm-Bawerk voltou a lecionar, e Mises então frequentou regularmente seu seminário de graduação, até que foi reconvocado para o serviço militar no início da Primeira Guerra Mundial.

Os estudos, trabalhos e conferências do professor Mises seguiram de perto a linha do pensamento de Menger/Böhm-Bawerk. Mises, contudo, foi além dos ensinamentos e teorias deles ao explicar não apenas os difíceis trabalhos interligados da moderna economia de mercado, como também as distorções econômicas que ocorrem quando os governos interferem.

A popularidade de tais governos intervencionistas, apesar de seus frequentes e dramáticos fracassos, é explicada por Mises como simples consequências dos falsos conceitos econômicos que as pessoas têm.

Inerente a todos os trabalhos de Mises está a seguinte tese: “São as ideias que fazem a história, e não a história que faz as ideias.” Apenas as

ideias com bases sólidas podem conduzir a programas de ação econômicos e políticos que atingirão os resultados desejados. Ideias que partem de uma lógica defeituosa e de interpretações errôneas da realidade resultarão numa conduta que “não somente deixa de alcançar os objetivos desejados por seus autores e defensores como também cria um estado de coisas que — do ponto de vista das avaliações de seus autores e defensores — é menos desejável do que o estado de coisas anterior”.

Mises tem pelo menos três grandes ideias originais.

Ele ultrapassou os outros dois “gigantes” da Escola Austríaca — Menger e Böhm-Bawerk — ao descrever a ciência da economia como parte integrante da totalidade do conhecimento. Na sua mais importante obra, *Ação Humana*, ele demonstra que a ciência da economia trata da ação consciente e intencional dos homens.

A segunda contribuição de Mises foi sua demonstração de que a sociedade socialista, ou sociedade dirigida, por falta de preços de mercado, fica sem orientação que lhe permita o planejamento de uma produção em larga escala. Os preços de mercado somente se desenvolvem quando as pessoas têm liberdade para adquirir e negociar de forma privada bens próprios — mercadorias, serviços, matéria-prima, mão-de-obra e demais fatores de produção. Numa sociedade de mercado há um *feedback* dos consumidores que compram ou deixam de comprar, para os produtores que planejam as produções futuras. Como resultado das exigências do consumidor, os índices do mercado — os preços — desenvolvem-se, por um lado, entre mercadorias e serviços e, por outro, entre o canal utilizado como meio de troca (moeda). Esses índices do mercado — preços — fornecem aos produtores e empresários preciosas pistas sobre o que os consumidores provavelmente desejam no futuro.

Se os produtores são forçados a concordar com um plano central, como acontece na sociedade socialista, não têm a possibilidade de desviar-se desse plano para buscar o lucro, no intuito de melhor atender aos consumidores. Nesse caso, não existe mercado nem competição para vários fatores de produção e, como resultado, não existem preços de mercado.

Desta forma, numa sociedade socialista não há meios para que os planejadores determinem os valores relativos e a importância dos vários fatores de produção.

A terceira grande contribuição de Ludwig von Mises é a sua interpretação dos ciclos econômicos — das explosões e depressões econômicas. Mises baseou-se na teoria monetária de Carl Menger, que

explicava que o dinheiro era apenas um artigo de fácil negociação, que as pessoas achavam útil para fazer trocas, nada mais nada menos do que isso. Mises também baseou-se na teoria dos juros de Böhm-Bawerk, que explicava que as taxas de juros originaram-se das preferências ocasionais dos indivíduos. A partir destas teorias, Mises desenvolveu a teoria monetária ou “austríaca” dos ciclos econômicos.

Mises foi um dos poucos que perceberam o perigo implícito em definir “inflação” como preços mais elevados. Isso supõe que os sindicatos trabalhistas e os homens de negócios, muito mais do que os representantes do governo, são os responsáveis pela “inflação”. Assim, tal definição faz com que “os controles de preços e salários surjam como solução lógica para os preços mais elevados. Mas, como demonstra Mises, estes são apenas consequência da emissão de mais dinheiro por parte do governo numa tentativa de obter influência política junto aos eleitores.

Mises sempre foi um constante e firme crítico de todas as formas de intervenção governamental. Seu conhecimento dos princípios econômicos permitiu que previsse muitas das terríveis consequências que surpreenderam o mundo durante este século — a desvalorização do marco alemão após a Primeira Grande Guerra, o conflito internacional que surgiu como resultado das políticas e programas nacionalistas decretados por Hitler e por outros governos intervencionistas, a decadência dos padrões monetários manipulados e o novo sistema de Direitos Especiais de Saque.

Várias e várias vezes os prognósticos de Mises tornaram-se realidade. Quando jovem, por vezes superestimava a inteligência das pessoas e não conseguia entender como podiam continuar agindo por tanto tempo a partir de um engano econômico. Mais tarde, veio a compreender que era impossível prever quanto pode durar a fé numa ideia errônea. Por isso é que seus prognósticos são interpretações qualitativas (e não quantitativas) da forma pela qual os enganos do povo devem, mais cedo ou mais tarde, desaparecer.

O livre-mercado, como Mises o descreve, é o único sistema realmente viável. Um livre-mercado não é o sonho inútil de um pensador visionário. É um sistema econômico plausível e praticável, o único sistema capaz de durar pela eternidade.⁴

⁴ Este artigo foi extraído, com autorização, do trabalho publicado em *Human Events*, vol. XXXI, n.º 39, de 25-09-197 I.

